

revista

# poli

saúde  
educação  
trabalho

Ano IX – Nº. 51 – mai./jun. 2017



Mala Direta  
Básica

9912340195/2013-DR/RJ  
Fiocruz

Correios

## LUCRO LÍQUIDO

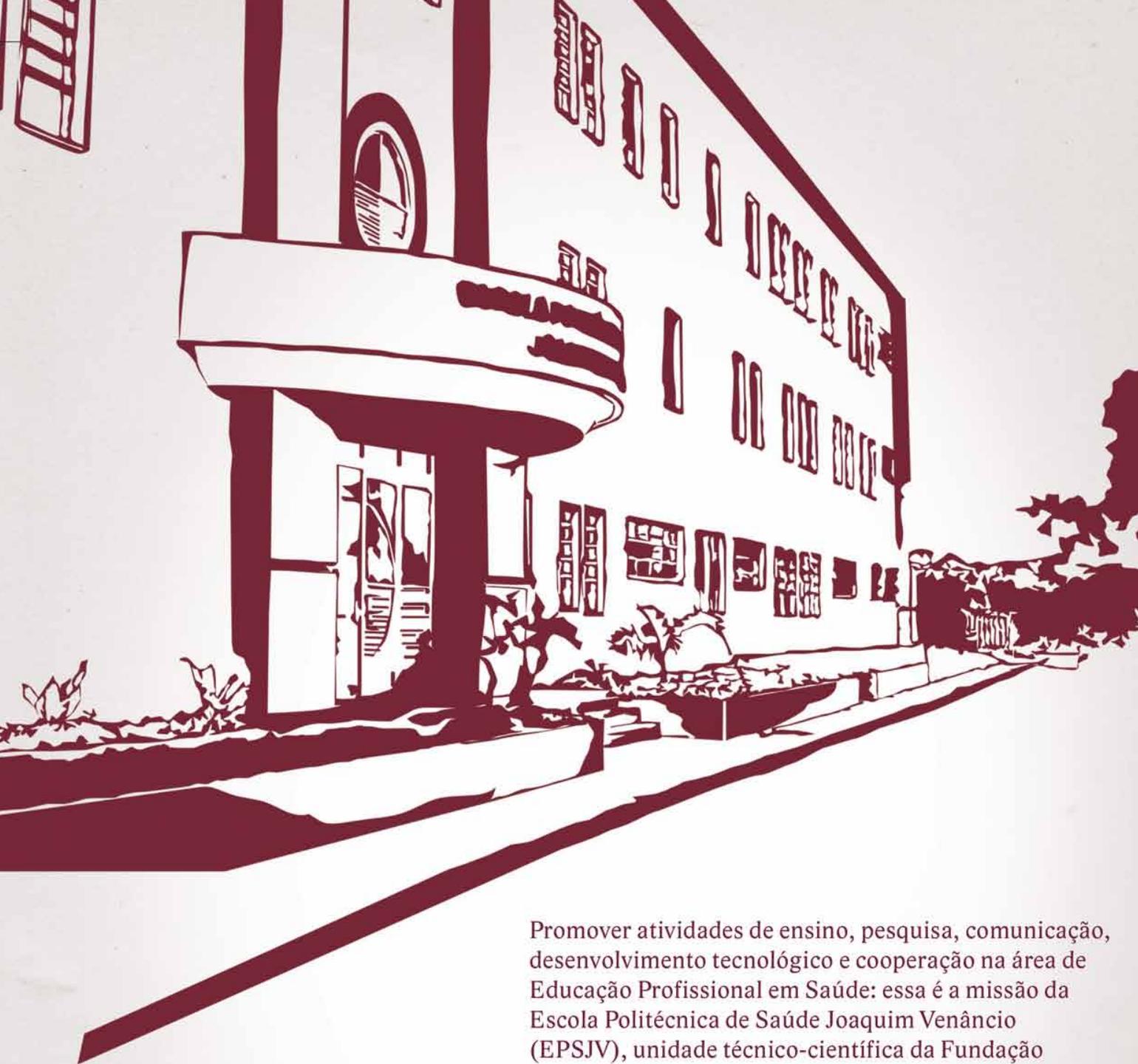
### água e saneamento na mira do mercado

#### ENTREVISTA

Sonia Guajajara fala sobre a luta dos indígenas para garantir seus direitos

#### EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

MedioTec amplia estratégia de profissionalização antecipada dos jovens para atender mercado de trabalho



---

Conheça o

# Poli

---

Promover atividades de ensino, pesquisa, comunicação, desenvolvimento tecnológico e cooperação na área de Educação Profissional em Saúde: essa é a missão da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. A EPSJV atua, portanto, com o segmento educacional que corresponde à maioria dos profissionais de saúde no Brasil.

Criada em 1985, no contexto da Reforma Sanitária Brasileira, a Escola nasceu para defender que a educação também era um direito e que a formação dos trabalhadores de nível médio deveria ser integral, preocupando-se não só com os conhecimentos específicos para a prática profissional mas também com os condicionamentos históricos e sociais do mundo do trabalho em saúde.

[www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br)

Ano IX - Nº 51 - mai./jun. 2017

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde ISSN 1983-909X

**Editores e Repórteres**

André Antunes / Cátia Guimarães / Maíra Mathias / Raquel Júnia

**Estagiária de Jornalismo**

Giulia Escuri

**Projeto Gráfico e Diagramação**

José Luiz Fonseca / Maycon Gomes

**Foto de Capa**

Francisco Proner/Mídia Ninja

**Mala Direta e Distribuição**

Valéria Melo / Tairone Cardoso

**Coordenador de Comunicação, Divulgação e Eventos**

Marcelo Paixão

**Comunicação Interna**

Talita Rodrigues

**Editora Assistente de Publicações**

Gloria Carvalho

**Assistente de Gestão Educacional**

Solange Maria

**Tiragem**

12.000 exemplares

**Periodicidade**

Bimestral

**Gráfica**

Edgráfica

**Conselho Editorial**

Alexandre Moreno / Isabela Cabral / Adeline Pereira / Ieda Barbosa / José Orbílio / André Feitosa / Ana Lúcia Soutto Mayor / Leandro Medrado / Leandro Nardarcio / Maria Cecília Carvalho / Marcela Pronko / Páulea Zaquini / Paulo César de Castro Ribeiro / Sergio Munck / Marco Antônio Santos / Maria Emília Rossignieux / Filipe Santos / Andrea Oliveira / Elenice da Cunha



FRANCISCO PRONER/MÍDIA NINJA

..... PANORAMA

2

..... RADAR DOS TÉCNICOS

4

..... EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

*MedioTeC: a mesma qualificação para a mesma classe social* 6

..... ENTREVISTA

*Sonia Guajajara - 'A certeza da impunidade tem aumentado muito a violência contra os povos indígenas'* 12

..... CAPA

*Águas em disputa* 16

..... O QUE É O QUE FAZ?

*Agência Nacional de Saúde Suplementar* 31



Receba a Poli: formulário pelo site [www.epsjv.fiocruz.br/recebaarevista](http://www.epsjv.fiocruz.br/recebaarevista)

**Endereço**

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 305  
Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro CEP.: 21040-360  
Tel.: (21) 3865-9718 Fax: (21) 2560-7484 comunicacao@epsjv.fiocruz.br

Assine Nosso Boletim pelo site [www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br)



## Mais um passo para o fim da CLT



Na madrugada do dia 26 para o dia 27 de abril foi aprovado na Câmara dos deputados o projeto de lei 6787/2016, que institui a reforma trabalhista. Os deputados ignoraram a resistência dos trabalhadores e movimentos sociais, que, um dia depois, protagonizaram a maior greve geral do país exatamente contra as alterações na CLT e a reforma da Previdência. O projeto tramita agora no Senado (PLC 38/2017).

Segundo o texto aprovado na Câmara, patrão e empregado poderão “negociar”, por exemplo, a ampliação da jornada de trabalho para até 12 horas diárias ou 220 horas mensais e a redução do intervalo de almoço ou equivalente. Complementando essa flexibilização, o PL também autoriza o chamado trabalho intermitente, ou jornada flexível, que permite que as empresas paguem os empregados apenas por período trabalhado – exceção é feita apenas à categoria dos aeronautas. Alguns direitos e benefícios, como o fundo de garantia e o 13º salário, no entanto, continuam não podendo ser objeto de negociação. “O substitutivo admite que a negociação coletiva, instrumento concebido para promover a pacificação coletiva das relações de trabalho e a melhoria das condições de trabalho, seja utilizado para o rebaixamento ou supressão de diversos direitos trabalhistas”, afirma uma nota técnica do Ministério Público do Trabalho que pede a rejeição do projeto no Congresso.



## Escola sem Partido

Uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a Lei Escola Livre, inspirada no Movimento Escola sem Partido, que denuncia uma suposta “doutrinação ideológica” na educação brasileira, aprovada no ano passado. A decisão é resultado de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee). O relator, ministro Luís Roberto Barroso, entendeu que a lei estadual – que já foi aprovada em outras unidades da federação com nomes diferentes mas o mesmo conteúdo – viola diversos artigos da Constituição Federal e invade competências que são próprias da União, ao tratar sobre diretrizes e bases da educação. De acordo com a liminar, que suspende a lei



## Despossuídos

A Comissão Nacional Pedagógica do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), do Incra, lançou um manifesto público “contra a política de titulação do governo Temer”. Trata-se da Medida Provisória nº 759/2016, que, entre outras coisas, concede o título de propriedade das terras aos assentados da reforma agrária. Hoje, o que rege essa relação é a concessão de direito real de uso, um tipo de contrato pelo qual a terra pública é transferida para uso de um particular com um determinado fim de interesse social. Nesse caso – diferente do modelo anterior, que previa apenas a concessão de uso –, está garantido o direito real do beneficiário sobre a terra, mas o bem continua sendo considerado público. Com a mudança proposta pela MP, o lote recebido passa a ser propriedade das famílias, o que permite, por exemplo, que elas o comercializem. De acordo com o texto do Pronera, o resultado será a devolução dessas terras ao mercado, num processo que só interessa ao agronegócio. “Denunciamos que se trata, na realidade, de um processo que busca pôr fim à Reforma Agrária no Brasil. Apresentado como projeto de emancipação, de fato a proposta aprisiona a terra aos interesses e à lógica do capital, que inevitavelmente incrementará perigoso processo de reconcentração fundiária”, diz o texto, que defende que o tipo de contrato atualmente vigente já “assegura aos assentados o usufruto dos lotes e os protege dos riscos da especulação imobiliária”.

temporariamente mas deverá ser referendada pelo plenário do Supremo, a Constituição garante “uma educação emancipadora, que habilite a pessoa para os mais diversos âmbitos da vida, como ser humano, como cidadão, como profissional. Com tal propósito, define as diretrizes que devem ser observadas pelo ensino, a fim de que tal objetivo seja alcançado, dentre elas a mencionada liberdade de aprender e de ensinar; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; a valorização dos profissionais da educação escolar”.



## Não pagariam. Agora pagarão!

Primeiro foi por pouco. Depois durou pouco. No dia 29 de março, foi derrotada por apenas quatro votos na Câmara dos Deputados uma Proposta de Emenda Constitucional (nº 395/2014) que autorizava as universidades públicas e os institutos federais a cobrarem mensalidade nos cursos de extensão e pós-graduação *lato sensu*. O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) comemorou. “Essa PEC, se fosse aprovada, intensificaria ainda mais a venda de serviços dentro das universidades públicas. O fato da PEC ficar todo esse tempo em tramitação e não conseguir a aprovação em segundo turno é uma grande vitória do movimento docente, que defende a educação pública e gratuita”, declarou o presidente da entidade, Eblin Farage. Na reportagem de capa da última edição da Poli, pesquisadores e militantes da educação criticaram o discurso que relativiza o papel das instituições de ensino superior ao defender que quem pode deve pagar. “A nossa Constituição é muito clara quando afirma no artigo 205 que a educação pública no Brasil é gratuita”, defendeu Roberto Leher, reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E é exatamente essa garantia legal que, segundo matéria do Portal Câmara, a PEC queria eliminar. “Algumas universidades públicas já cobram por cursos de especialização, mas a cobrança foi questionada na Justiça com base no princípio constitucional da educação pública gratuita. A PEC tinha o objetivo de encerrar a disputa judicial para autorizar as universidades a cobrar pelos cursos de extensão e especialização”, diz o texto.

Mas a alegria de quem luta pela gratuidade total do ensino público superior durou pouco. Menos de um mês depois da derrota na Câmara, no dia 26 de abril, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu o contrário. A votação do tema aconteceu em função de um recurso extraordinário movido pela Universidade Federal de Goiás com apoio de outras instituições questionando um acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que considerou inconstitucional que a

instituição cobrasse mensalidade num curso de especialização. O argumento principal é que o caráter social da gratuidade não se aplica a esse segmento de ensino, que visaria unicamente ao desenvolvimento individual de quem procura o curso. Contra a medida, manifestaram-se no julgamento do Supremo o Andes-SN e a Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra). A decisão na prática reverte o resultado da votação da Câmara porque, embora seja fruto de um recurso específico, o STF declarou que a matéria tem “repercussão geral”. “A decisão foi gravíssima, pois abre um precedente para a cobrança irrestrita desses cursos, ainda que a ministra Carmem Lúcia tenha pontuado que é uma possibilidade e não uma obrigação da cobrança. Conforme defendemos e nossa assessoria expôs no julgamento, essa decisão revela uma extrema agressão ao inciso 4º do artigo 206 da Constituição. Em nosso entendimento, a gratuidade se expande para todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão das universidades públicas”, afirmou o 1º secretário do Andes-SN, Jacob Paiva.



## Bebês vão ter avaliação psíquica

Foi aprovado na Câmara dos Deputados um Projeto de Lei (nº 451/2011) que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a adotar protocolo que facilite a detecção de riscos ao desenvolvimento psíquico das crianças nos primeiros 18 meses de vida. O PL inclui essa nova exigência no texto do Estatuto da Criança e do Adolescente. No momento de fechamento desta edição, o PL aguardava sanção presidencial.

Pesquisadoras da área de saúde mental da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) estranharam a medida. Primeiro porque o projeto coloca sobre as “consultas pediátricas” uma responsabilidade que, na forma como o sistema está organizado hoje, não lhe cabe. Pilar Belmonte e Maria Cecília Carvalho explicam que a porta de entrada do sistema de saúde hoje é a atenção básica, o que significa que os usuários, incluindo as crianças, são atendidos por um médico generalista e não por um pediatra. E o que se espera é que exista uma articulação permanente entre esse profissional e o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf), que conta necessariamente com um profissional da área de saúde mental. O que se espera é que ele avalie os riscos junto com o médico e, se for identificado algum sinal de alerta, a criança siga para um atendimento especializado. Isso não se justifica no desenho do SUS

hoje. O importante é fazer com que se cumpra o que já existe”, defende Pilar. As pesquisadoras alertam que esse tipo de exigência pode gerar uma ansiedade dos pais em relação a um atendimento psiquiátrico para os filhos, incentivando inclusive uma lógica medicalizante. “É impossível identificar risco de desenvolvimento psíquico, principalmente em crianças no primeiro ano de vida, de forma isolada do olhar sobre os pais ou quem quer que sejam seus responsáveis”, diz Maria Cecília, exemplificando: “O filho de uma mulher usuária de droga pode apresentar risco psíquico, mas isso não se identifica com um protocolo de atendimento da criança, sem uma abordagem mais ampla”. E essa é, segundo elas, a abordagem que justifica a forma como o SUS está organizado hoje.



Seminário na Câmara debateu PL que trata das atribuições dos ACS e ACE

## ATRIBUIÇÕES E FORMAÇÃO DOS ACS E ACE

Com audiências públicas em vários estados da federação, além de encontros nacionais, está em discussão na Câmara dos Deputados um Projeto de Lei (nº 6437/2016) que trata das atribuições dos agentes comunitários de saúde (ACS) e de combate a endemias (ACE). E um dos resultados desse amplo debate, do qual a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) está participando ativamente, é a convicção de que a nova legislação deve prever também a formação técnica desses profissionais, garantida pelo Estado após a seleção pública, preferencialmente na rede de Escolas Técnicas do SUS. Essa foi uma das sínteses produzidas no último seminário sobre o tema realizado na Câmara, no dia 5 de abril deste ano, com a participação de representantes dos gestores estaduais e municipais, das secretarias de Atenção Básica, Vigilância em Saúde e Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde e do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), além da Fiocruz e das categorias envolvidas.

Apesar da manifestação do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass) pelo arquivamento do projeto – que gerou uma grande polêmica entre os agentes –, a maioria das contribuições tem apontado a necessidade de se aperfeiçoar o texto. Além da mudança relativa à formação, que deve garantir em lei a realização do curso técnico completo, foi manifestada preocupação também com a ampliação das atividades desses profissionais, que passariam a desempenhar funções que hoje são de outros integrantes da equipe sem a devida regulação e controle externo. Foi bem acolhido pelo relator do projeto, Valtenir Pereira (PMDB-MT) e pelo presidente da comissão especial que debate o PL, Luiz Henrique Mandetta (DEM-MS), o alerta da representante do Cofen de que a incorporação de novas atribuições traz também novas responsabilidades. Ela lembrou que procedimentos como medição de pressão e glicose, que o PL propõe que passem a ser executados pelos ACS, quando feitos por um profissional de saúde, requerem tomada de decisão diante do resultado. Por isso, explicou, auxiliares e técnicos de enfermagem que hoje são responsáveis por isso respondem a um conselho de ética.

Outro ponto polêmico diz respeito à definição de atividades exclusivas dos agentes, proposta pelo projeto. Para os ACS e ACE, esse é um tema importante de ser inserido na lei porque, ao elencar medidas que só eles podem tomar,

traria a garantia de existência dessas categorias no Sistema Único de Saúde (SUS). A preocupação – que gerou toda a mobilização a favor desse projeto – se deve à publicação, em junho do ano passado, de duas portarias (958 e 959) que, ao permitir a substituição dos agentes comunitários por técnicos de enfermagem nas equipes de saúde da família, na prática ameaçava a existência desses trabalhadores. Com a mobilização da categoria, as portarias foram suspensas, mas o trauma se manifesta agora na urgência de definir atividades privativas. Entendendo o contexto da demanda, uma possibilidade apresentada pelo relator foi inserir textualmente no projeto a obrigatoriedade de que esses profissionais constem da equipe mínima da Estratégia de Saúde da Família. Ao final, a assessora jurídica da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde (Conacs), Elane Alves, defendeu que pelo menos a visita domiciliar associada à busca ativa na comunidade seja mantida como atribuição exclusiva dos ACS. A EPSJV/Fiocruz defendeu que o projeto trabalhe com a ideia de atividades “próprias”, que reconheçam o lugar das categorias, sem necessariamente

impedir o trabalho conjunto com outros profissionais.

Com uma larga experiência na formação técnica de agentes comunitários de saúde e técnicos de vigilância em saúde, na pesquisa e na construção de currículo dessas áreas, a EPSJV/Fiocruz elaborou um documento com contribuições ao texto do PL 6437 que foi entregue aos parlamentares da comissão e às entidades que representam a categoria e está subsidiando a participação da Fiocruz nas audiências estaduais (veja a íntegra no Portal: [www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br)). A Escola participou da construção dos referenciais curriculares do curso técnico de ACS, produzido em parceria pelos ministérios da saúde e da educação em 2004 e, desde 2008, realiza essa formação para os trabalhadores do SUS no município do Rio de Janeiro. Na mesma região, é também responsável pela formação dos técnicos de vigilância em saúde, cujo currículo a EPSJV ajudou a construir no contexto do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps), do Ministério da Saúde.

## PROJETO QUER ENTIDADES RURAIS NO PRONATEC

Está em tramitação na Câmara dos Deputados um Projeto de Lei (nº 3144/2015) que autoriza instituições públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural a oferecerem cursos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). A justificativa apresentada no texto, de autoria da deputada Marinha Raupp (PMDB-RO), é que parte significativa dos municípios, principalmente na região norte, não conta com instituições autorizadas a ofertar os cursos do programa, que promove formação inicial e continuada e técnica financiada com recursos públicos. Hoje, a lei 12513/2011 considera como instituições parceiras do Pronatec os Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, a rede pública estadual, escolas privadas e instituições privadas de ensino superior e o Sistema S, formado por entidades ligadas a confederações empresariais, como Senai, Senac e Senar. O projeto aposta que a Empresa Estadual de Assistência e Extensão Rural (Emater) tem “capilaridade institucional suficiente para compensar esse déficit de cobertura”, como explica o texto do deputado Átila Lira (PSB-PI), que relatou o PL na Comissão de Educação. André Burigo, professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), lembra que a Emater já oferece formações mais rápidas, como trabalho de extensão rural. Mas ele defende que a principal estratégia para fazer chegar a educação profissional a essas populações deveria ser uma parceria com os Institutos Federais, que também têm capilaridade e são os principais responsáveis pelos cursos de formação técnica, mais completa, oferecidos no Pronatec. O PL já recebeu parecer positivo do relator e, no momento de fechamento desta edição, estava na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara e deve passar ainda pelas comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania.

## RADIOLOGIA INDUSTRIAL: NOVO CURSO

O Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia (Conter) elaborou a proposta de um novo curso técnico em radiologia industrial. De acordo com a entidade, a formação desses profissionais hoje é voltada para a área médica, ignorando a indústria como segmento do mercado de trabalho. Segundo a justificativa do projeto, o foco é formar profissionais aptos a trabalharem “nas áreas de controle da qualidade industrial e ensaios não destrutivos e radiossegurança”. O coordenador do curso de Radiologia da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), Alexandre Moreno, dá exemplos do que seria esse “mercado”. Uma situação corriqueira se dá nos aeroportos: as máquinas que verificam as bagagens são de raio-x mas, hoje, são operadas por profissionais sem qualquer formação nessa área. Da mesma forma, ele explica que na indústria de construção de navios utilizam-se aparelhos que emitem radiação para verificar se a solda está bem feita. Com um total de 800 horas, a matriz curricular é dividida em três etapas, incluindo estágio supervisionado. O trabalho, desenvolvido pela comissão de educação do conselho, consiste em diretrizes pedagógicas que funcionam como uma sugestão para as escolas, que têm autonomia para montar seus próprios currículos. Para viabilizar essa formação, no entanto, as instituições precisam submeter a proposta de criação do curso à Secretaria ou Conselho

de Educação do seu estado, conforme legislação específica. Segundo orientações do site do Conter, depois de aprovado nesse órgão estadual, a escola deve requerer ao Ministério da Educação a inclusão dessa nova habilitação no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. O professor-pesquisador da EPSJV concorda que essas atividades da indústria devam ser desempenhadas por profissionais com formação na área de radiologia e reconhece que os cursos que existem são voltados para a área da saúde. Alexandre acredita, no entanto, que a carga horária prevista pela proposta do Conter é insuficiente para a formação necessária. Hoje, os cursos de radiologia têm 1200 horas.

# MedioTec: a mesma qualificação para a mesma classe social

Governo federal amplia participação das escolas privadas no Pronatec e potencializa uma estratégia já prevista na reforma do ensino médio – a profissionalização antecipada dos jovens para atender às necessidades do mercado

Raquel Júnia

**A**s propagandas no rádio e na TV anunciam uma trajetória de sucesso para o estudante do ensino médio. Em um turno ele vai estudar e no outro vai fazer um curso técnico. Depois, vai conseguir um bom emprego. É assim que o governo federal tem apresentado o MedioTec, uma ‘nova’ ação de formação técnica destinada aos estudantes das escolas públicas. Na verdade, como o próprio Ministério da Educação (MEC) explica, o projeto está inserido no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff. No entanto, segundo a pasta, será potencializada a oferta de cursos para um público específico: a promessa é de 82 mil novas vagas para estudantes do ensino médio das redes públicas estaduais só em 2017.

Apesar de ter sido lançado no final de 2016, até março deste ano pouco ou quase nada, além da propaganda oficial, havia sido divulgado sobre o MedioTec. Em abril, o MEC publicou um edital convocando as instituições privadas interessadas em participar da ação a apresentarem propostas. A partir daí, o desenho do projeto ficou mais claro. O documento informa que as instituições interessadas devem oferecer vagas gratuitas em cursos técnicos na forma concomitante e presencial para atender alunos matriculados na rede pública estadual, preferencialmente a partir do 2º ano do ensino médio. O MEC selecionará as instituições de acordo com alguns critérios como o valor da hora-aluno apresentado, o espaço físico adequado e um máximo de vagas em relação à capacidade total de oferta. Ainda de acordo com o edital, só podem concorrer as instituições que já tenham firmado termo de adesão como ofertantes da Bolsa-Formação, uma das modalidades do Pronatec. A seleção dos estudantes caberá às secretarias de educação estaduais. O documento de referência, anexo ao edital, deixa claro que o foco são os alunos “socialmente vulneráveis”. Entre esses, a prioridade é para aqueles cujas famílias são beneficiárias do Bolsa Família.

## Mais dinheiro para as escolas privadas

O professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Dante Moura, considera que há pouca novidade no projeto, com exceção de uma diferença importante: o aprofundamento da parceria privada. “Não se elimina o Pronatec, mas se cria, dentro dele, uma nova marca que

não tem nenhuma diferença do ponto de vista das ofertas educacionais. A diferença é que vai haver um incentivo mais forte ao financiamento privado da oferta pública de educação”, avalia.

Para Dante, um dos agravantes em relação às parcerias que já existiam no Pronatec é a ampliação do volume de recursos repassado e a maior diversidade de entes privados contemplados. “O que anteriormente predominava era a oferta privada no Sistema S – cursos como os do Senai e Senac, por exemplo –, agora o programa é amplo, geral e irrestrito para qualquer entidade. Inclusive, pelo direcionamento que está no edital, o Sistema S não seria nem prioritário. E o que se agrava é que o volume que irá para a esfera privada é maior”, aponta.

De acordo com o MEC, estão previstos para o MedioTec R\$ 700 milhões, cerca de 45% do orçamento total direcionado para o Pronatec neste ano (R\$1,5 bilhão). Questionado sobre quem executará o programa, o MEC afirmou, via assessoria de imprensa, que o MedioTec não se dará apenas em parceria com instituições privadas. “O MedioTec será executado em diferentes fases. Na primeira fase, é ofertado por meio da Bolsa-Formação/Pronatec por instituições privadas e públicas, tanto estaduais como municipais, que firmaram termo de adesão ao Bolsa-Formação/Pronatec, na modalidade presencial. Já na modalidade a distância, a oferta será priorizada para as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia. Em outras fases, estudadas e elaboradas pelo MEC, a oferta presencial será ampliada para as instituições da Rede Federal, cujos requisitos de execução estão em estudo. As instituições dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (Sistema S) também serão incluídas em fases futuras”, respondeu o Ministério.

Segundo o edital publicado no dia 2 de março, as instituições privadas tinham até o dia 24 de abril para apre-

ANTONIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL



Temer, Mendonça Filho (MEC) e Eliseu Padilha (Casa Civil) no lançamento do Novo Ensino Médio e do MedioTec

sentar propostas. De acordo com o cronograma divulgado, o resultado final com a homologação das vagas e as instituições ofertantes deve ser divulgado no dia 30 de maio e as aulas devem começar entre julho e agosto. Questionado sobre quais instituições públicas participarão dessa primeira etapa já que nada ainda havia sido divulgado a respeito, o MEC respondeu que essas escolas estavam sendo selecionadas por meio de um processo de pactuação com aquelas que já firmaram parceria com o Pronatec.

O censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) mostra que no Brasil o setor privado é responsável pela maior parte das matrículas nos cursos de educação profissional oferecidos de forma concomitante ao ensino médio, exatamente como se dará a oferta do MedioTec. Os dados nacionais revelam que havia em 2016 mais de cinco mil turmas de cursos técnicos concomitantes ao ensino médio ofertadas por instituições privadas, enquanto as turmas oferecidas por instituições públicas, sejam federais, municipais ou estaduais, somaram pouco mais de duas mil, sendo que cerca de 50% delas situava-se, na realidade, em instituições federais. Ou seja, o setor privado responde hoje, segundo o censo, por mais de 70% das turmas de cursos técnicos concomitantes.

Dessa forma, analisa Dante, ainda que haja escolas públicas envolvidas no MedioTec, pelo que já foi divulgado pelo MEC, que priorizou o chamado às instituições privadas, e pelo próprio cenário da educação profissional no país, depreende-se que os estudantes serão formados majoritariamente pelo setor privado. “E evidentemente as forças de mercado não vão formar trabalhadores a partir da perspectiva da formação humana integral. Então, essa perspectiva de uma formação que permita o sujeito compreender o mundo, e a partir daí, contribuir em alguma medida para a transformação dessa sociedade se perde completamente, porque o mercado só vai formar para o que interessa ao mercado e não para o que interessa à classe trabalhadora”, observa.

Analisando o MedioTec à luz do cenário atual de uma reforma do ensino médio, o professor da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Gaudêncio Frigotto, vê o que chama de uma “pronatequização do ensino médio”. Ele reforça a percepção de Dante sobre a gravidade de transmitir ao setor privado responsabilidades que seriam do Estado com implicações políticas e financeiras. “É a cereja do bolo da dupla privatização: a privatização

do pensamento, ou seja, quem tem a prerrogativa de implementar o que o mercado quer é quem está no mercado e não o Estado; e, segundo, é o assalto ao fundo público, porque exatamente quem vai oferecer isso são as instituições privadas”, critica.

### Catalisador

Segundo o mesmo documento de referência anexo ao edital do MEC, o MedioTec é uma ação “que catalisa a reforma do ensino médio”. A reforma, sancionada em fevereiro deste ano pelo presidente Michel Temer (Lei 13.415/17) após centenas de ocupações de escolas contra a medida e forte crítica de educadores, pesquisadores, estudantes e movimentos sociais, incorpora na carga horário do ensino médio o que é chamado de **itinerário da educação profissional**. Com isso, o estudante que siga essa formação, já no segundo ano, deixa de ter acesso aos outros conteúdos, com exceção de português e matemática. O termo de referência do MedioTec elogia exatamente este aspecto da reforma. “Hoje, se o jovem quiser cursar uma formação técnica de nível médio, ele precisa cursar 2.400 horas do ensino médio regular e mais 1.000 ou 1.200 horas do técnico. O novo ensino médio permitirá que o jovem opte por uma formação técnica profissional dentro da carga horária do Ensino Médio regular desde que ele continue português e matemática até o final. E, no fim dos três

A Reforma do Ensino Médio estabelece cinco itinerários formativos: formação técnica e profissional, linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias e ciências humanas e sociais aplicadas. Apesar de dizer que os estudantes poderão escolher a partir do segundo ano qual formação desejam seguir, a lei afirma, no entanto, que as escolas não são obrigadas a oferecer todos os itinerários.



Estudantes protestam no Senado contra a Reforma do Ensino Médio

anos, ele terá um diploma do ensino médio e um certificado do ensino técnico”, destaca o documento oficial.

A professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Marise Ramos, aponta que é exatamente o enxugamento da carga horária da formação geral que está no cerne da crítica à reforma, agora, segundo o próprio MEC, catalisada pelo MedioTec. “Toda defesa que se fez historicamente e a demonstração empírica da formação técnica de qualidade, está, primeiramente, em não prejudicar a formação geral em benefício da formação técnica, mas, ao contrário, integrá-la. É o que a gente tem nas experiências exitosas e que podem fazer diferença para os filhos da classe trabalhadora, exatamente aqueles cursos com a carga horária curricular de 3.200 horas, até quatro mil horas ou mais. Mas na visão expressa na reforma e no MedioTec, para esse jovem da escola pública, esse jovem pobre, isso é muito”, critica.

A reforma do ensino médio ainda não está totalmente em vigor, porque, segundo o próprio texto da lei, só pode ser implementada a partir da aprovação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), ainda não concluída para a etapa do ensino médio. No entanto, a ‘catalisação’ da qual fala o documento dá margem a diversas interpretações. Por exemplo, se mesmo com a reforma ainda não implementada os estudantes selecionados para o MedioTec já poderão ter a carga horária de educação profissional computada como o itinerário previsto no novo ensino médio. O MEC diz que não. “O público-alvo do MedioTec é o aluno atualmente matriculado no ensino médio regular das redes públicas de educação, cujo modelo ainda obedece às diretrizes de educação anteriores à reforma do ensino médio”, respondeu o ministério, via assessoria de imprensa. Questionado sobre o que significa catalisar a reforma, o MEC ressaltou apenas que o MedioTec é uma ação independente. “O programa possibilitará ao aluno regularmente matriculado no ensino médio das redes públicas de educação o acesso à formação técnica, cuja execução será realizada no contraturno ao que regularmente frequenta, ampliando as chances de inserção socioprofissional dos estudantes. Já a reforma do ensino médio prevê que a formação técnica seja uma das áreas de conhecimento de escolha do educando, cuja execução dar-se-á no mesmo turno de frequência regular do aluno. A oferta da educação técnica e

profissional da reforma do Ensino Médio poderá ser executada por qualquer instituição pública ou privada, devidamente reconhecida pelos órgãos competentes, para a oferta dessa área de conhecimento, não tendo qualquer relação com as instituições de oferta do MedioTec.”

A relação entre as duas iniciativas, entretanto, é inevitável porque há muitos pontos em comum na argumentação da reforma e no texto que baliza o MedioTec. “Inclusive, o edital divulgado pelo MEC diz que essa concomitância se dá a partir do segundo ano, que é a mesma lógica do que está na reforma do ensino médio, você teria nos primeiros 18 meses uma base curricular comum, e, a partir daí, o respectivo itinerário”, compara Dante.

Entre os pontos de confluência está também a possibilidade de estágio no mercado de trabalho. “A ideia é estimular parcerias entre as instituições ofertantes de ensino médio e de educação profissional com o setor produtivo da região, para que os estudantes sejam absorvidos, *a priori*, na condição de aprendizes ou estagiários durante a realização do curso e, posteriormente, possam assumir postos de trabalho”, diz o documento de referência do MedioTec. Por sua vez, a lei do novo ensino médio aponta como possibilidade dentro da formação técnica e profissional “a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional”.

Para Marise, este é também um ponto crítico do programa: a antecipação da inserção do jovem no mercado de trabalho sem uma formação adequada. A professora acredita que o cenário atual é ainda mais problemático do que imposto pela lei 5.692, da década de 1970, que também pro-

movia uma reforma educacional de forma a profissionalizar o ensino médio. Ela compara: “Nem a 5.692 foi tão violenta, porque a composição da carga horária não era tão desigual. Ainda que submetesse a formação básica aos requisitos da formação profissional, o estágio era só a partir do terceiro ano, e sob o princípio de um estágio supervisionado, ou seja, um estágio efetivamente curricular, que seja uma relação teoria/prática. Na lei atual e no MedioTec não há essas salvaguardas, fala-se apenas em aprendiz ou estagiário. Quer dizer, antecipa a inserção desses jovens como força de trabalho explorada”.

Gaudêncio acrescenta ainda um terceiro aspecto já identificado na reforma e cristalizado com o MeditoTec, que é a naturalização da ausência nas redes estaduais de educação de estrutura física e de professores capacitados para oferta da educação profissional. “Agora os estados ficam aliviados disso, não precisam mais contratar professores e nem montar laboratórios. O que é direito, vira serviço mercantil”, aponta. O professor destaca que é preciso atualizar a crítica que já se fazia aos cursos do Pronatec, por serem de curta duração e sem integração com o conteúdo do ensino médio, no cenário da atual reforma. “Para um jovem que tivesse estudado, por exemplo, na rede federal – reconhecidamente de maior estrutura e qualidade –, a carga horária do Pronatec era exuberante. Por quê? Porque ele tinha base. Para aquele jovem que não tinha essa base, a grande maioria, o Pronatec era um castelo no ar. Este banco de ilusões agora é concretizado duplamente na contra-reforma do ensino médio e no MedioTec”, reforça.

### Para servir ao industrial

O documento de referência do MedioTec não esconde que o objetivo do programa é também atender a

demanda do setor produtivo. Segundo o texto, “o objetivo é mapear as demandas de formação técnica em cada uma das cinco regiões do Brasil, com dados sobre as oportunidades reais de inserção, por município, e as aptidões formativas necessárias para atendê-las”. “É aquilo que nas décadas de 1970 era slogan do Sistema S: ‘a pedagogia e os cursos do Senai têm que servir ao industrial’. Então, a lógica do MedioTec é essa, preparar para o que serve, não é o direito social e subjetivo a uma educação básica e a uma educação profissional”, rebate Gaudêncio.

O público do MedioTec também é bem definido: focalização nas pessoas mais vulneráveis. Dessa forma, o edital aponta que 10 a 20% das vagas devem ser preenchidas por jovens com deficiência e em situação de vulnerabilidade e risco social, tais como violência e medidas socioeducativas, com indicação dos órgãos de Assistência Social; de 65 a 75% por alunos cujas famílias são beneficiárias do Bolsa Família; e o restante, de 5 a 25%, a critério da secretária de educação. Marise acredita que a focalização da política, prática do atual governo não apenas na educação, se por um lado pode parecer positiva de forma a possibilitar oportunidades a jovens que dificilmente acessariam esse tipo de formação, esconde um outro lado, que é a ausência de políticas universais. “A ideia é de que a formação pelo trabalho e para o trabalho é exclusiva ou predominantemente para os pobres, e uma formação sempre menor. E que interesse esses jovens têm, se eles não têm o lugar da escola onde esses interesses sejam discutidos?”, questiona, ressaltando que as famílias com mais poder aquisitivo podem matricular os filhos em escolas que garantem uma formação básica mais sólida, o que permite uma escolha profissional com mais qualidade.

Novamente o documento orientador do MedioTec tenta dar uma resposta à questão apontando para os chamados parceiros demandantes – as instituições privadas – a necessidade de organizar seminários de profissões para que os jovens possam conhecer o futuro leque de atuação a partir dos cursos técnicos escolhidos.

Anexo ao edital que convoca as instituições privadas a apresentarem propostas ao programa, há também uma tabela com os cursos que devem ser oferecidos em cada cidade atendida e o número de vagas. Nas capitais, a variedade de ofertas é maior, de quatro a 10 cursos diferentes. Já nas cidades do interior, em algumas há apenas uma oferta e, na maior parte delas, de dois a quatro cursos. Segundo o MEC, as escolhas foram feitas levando em consideração “as demandas do mundo do trabalho e renda, mapeadas pelos ministérios parceiros demandantes da ação: MinC (Cultura), MCTIC (Ciência, Tecnologia e Inovação), Mapa (Agricultura e Pecuária), MDIC (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), MS (Saúde), MTur (Turismo), considerando-se os médios e grandes investimentos, as tendências de crescimento do seu setor específico e, ainda, as necessidades prospectadas para o período de 1,5 a 2 anos, prazo em que os alunos do MedioTec estarão se formando”.

Marise aponta que há uma ideia já consolidada na educação profissional de se levar em conta os arranjos produtivos locais e a existência de professores capacitados no momento de se definir a formação que será oferecida. Entretanto, esses não podem ser critérios absolutos. “Como é que essas vocações são feitas? Vamos dar um exemplo: você tem uma região onde o agronegócio é forte, como Chapecó (SC), e aí você tem uma grande empresa que é a Sadia. Um dos cursos mais frequentes lá é suinocultura. Aí a lógica é: vamos oferecer suinocultura para que os donos da Sadia tenham a força de trabalho precoce e barata. Esse critério precisa ser questionado”, alerta.

## De volta ao passado

É por esses aspectos que os pesquisadores ouvidos pela Poli acreditam que o MedioTec e a concepção que orienta a reforma do ensino médio se traduzem em um retrocesso de mais de duas décadas na educação. Gaudêncio vê semelhanças entre o MedioTec e um programa de formação técnica de trabalhadores da década de 1990, o Planfor. Embora o programa não fosse necessariamente voltado a estudantes do ensino médio, também se oferecia uma formação simplificada, em parceria com instituições privadas. Para Marise, as pesquisas e reflexões sobre o direito à educação avançaram tanto desse período para cá que a inflexão é quase inaceitável. “Mais de 20 anos depois que nós avançamos tão intensamente na construção de uma concepção que é da formação integrada, na existência de uma legislação nesse sentido, na construção de uma política de apoio aos estados para fazer isso, que a história não permitiria uma regressão nesse nível”, lamenta. E completa: “Uma coisa é o Brasil recém saído da ditadura, passado pelo governo Collor, Itamar, chegar no governo Fernando Henrique, e aí haver uma política de formação dos trabalhadores brasileiros, que, com toda a crítica que se tinha, de alguma maneira era feita num processo de reestruturação produtiva. Mas hoje temos a possibilidade de políticas de outra natureza e deveríamos aprender exatamente com o que já se mostrou fracassado”.

Entre esses fracassos repetidos no MedioTec, na opinião dos professores, está uma estratégia extremamente desgastada, que é a concomitância externa, ou seja, os alunos estudarem em um turno em uma escola e terem que se deslocar para fazer a formação profissional em outro local. “Aquilo que é uma promessa acaba se tornando uma penalidade. É completamente diferente, por exemplo, do jovem que fica o dia inteiro na mesma escola, que tem a sua formação básica, tem a formação técnica, que a alimentação já está dada dentro da escola, o projeto político pedagógico é o mesmo, os professores são os mesmos, são articulados numa determinada equipe”, compara Marise.

O edital do MEC estipula que as instituições privadas devem oferecer assistência estudantil que dê conta do deslocamento e da alimentação dos jovens. Essas instituições podem tanto oferecer a alimentação no local do curso, quanto pagar uma quantia aos estudantes. O documento coloca o valor mínimo de R\$ 2 reais por aluno para cada hora-aula frequentada. Por exemplo, se o aluno estuda três horas por dia, ele deve receber R\$ 6. Gaudêncio afirma que a assistência prevista não resolve a questão. “Isto é exatamente o tratamento que se faz aos filhos dos pobres, são jogados para um lado e para outro, mas nunca se busca o subjacente, que é uma educação básica de qualidade e, de forma integrada ou subsequente, uma educação técnica que responda às demandas da produção e da ciência”, aponta.

Os professores chamam atenção também para a necessidade de controle do repasse desses recursos para as instituições privadas. No Planfor, lembram, houve denúncias de instituições privadas que continuavam recebendo o valor referente ao custeio de estudantes que já tinham abandonado o curso. Em resposta à preocupação, o MEC diz que os recursos só vão ser liberados mensalmente após as informações da unidade de ensino e confirmação da frequência pelo próprio aluno em uma plataforma informatizada.

## Esvaziamento por dentro

Segundo os entrevistados pela Poli, tanto a reforma do Ensino Médio quanto o MedioTec ameaçam **mais uma vez** o modelo de ensino médio integrado à educação profissional, resultante das reflexões sobre o tema das últimas décadas

e praticado hoje principalmente na rede federal de educação profissional e tecnológica, e em algumas redes estaduais. “É como se o governo dissesse: você é livre para fazer, mas só te oferecemos isso. Você pode ir à Roma visitar o Coliseu, mas só te damos a passagem se você visitar o papa”, ironiza Gaudêncio. “Os sistemas de ensino não vão fazer a opção pelo ensino médio integrado porque é mais caro, mais trabalhoso e tem um desafio maior na infraestrutura escolar”, acrescenta Marise.

Para Dante, professor de um instituto federal que oferece o ensino médio integrado à educação profissional, o projeto está sendo esvaziado, mas tem condições de resistir com base nas contradições do discurso do próprio governo. “O que o governo utiliza como fundamento para dizer que o ensino médio brasileiro é um caos? São os resultados ruins dos estudantes nas avaliações de larga escala, tanto de âmbito nacional, como o Ideb [Índice de Desenvolvimento da Educação Básica] e o Enem, quanto internacional, como o Pisa [Programa Internacional de Avaliação de Estudantes]. Só que esses mesmos indicadores aos quais, aliás, temos grandes críticas – dizem que o ensino médio da rede federal de educação profissional e tecnológica é o melhor que tem no país, inclusive, com resultados acima da iniciativa privada. E no caso do Pisa, com re-

Em 1997, o governo FHC publicou o decreto 2.208 que determinava que a educação profissional só poderia ser oferecida de forma concomitante ou sequencial ao ensino médio. A proibição do ensino médio integrado à educação profissional só foi derrubada em 2004, quando o governo Lula publicou o decreto 5.154 determinando que a educação profissional técnica de nível médio deve ser desenvolvida de forma articulada ao ensino médio nas modalidades integrada, concomitante e subsequente.



A Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico (Fenet) também se posiciona contra a reforma do ensino médio. Nessa foto, participação da Fenet na greve geral (28/04)

## O falso eldorado do emprego

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou recentemente um estudo que mostra que a formação técnica não tem se traduzido em emprego. Apesar de mostrar um incremento na realização de cursos técnicos no país, o suplemento educação e qualificação profissional da Pnad relativo ao ano de 2014 (último levantamento ao qual se tem acesso) mostrou que mais de 40% das pessoas concluintes de cursos técnicos não conseguiu trabalho na área na qual fez o curso. A pesquisa mostra ainda que os motivos para não se conseguir o emprego são a falta de vagas, em 25% dos casos, e o fato de terem conseguido emprego em outro setor em 26%. A pesquisa mostra ainda um dado curioso: 20% dos entrevistados declararam não ter interesse na área de formação.

Para Gaudêncio, é por isso que a propaganda sobre o MedioTec faz uma promessa irresponsável. “A propaganda é de uma ilusão brutal, porque você está num contexto de desemprego estrutural e o próprio Estado anunciou decréscimo no PIB. E as famílias, especialmente, dos jovens pobres, apostam nessa possibilidade. Então, é um jogo cínico e maquiavélico. É um duplo sofisma: que se está atendendo aos interesses do jovem e que ele vai ter emprego. Quem é que pode dizer que ele vai ter emprego? E qual emprego?”, questiona o professor.

Marise reforça que apesar da expectativa natural que a população cria em torno da promessa de empregabilidade, é papel dos educadores questionar a formação que está se oferecendo especificamente para a parcela mais pobre da juventude. “Não quer dizer que se o meu filho faz um curso desses e consegue um emprego é algo ruim. A questão é perguntar o que ele poderia ter a mais do que isso, ou melhor do que isso. É sempre essa pergunta que tem que ser feita, que a burguesia não vai fazer. Mas, nós, como educadores, temos que fazer”, conclui. O

sultados acima de países da OCDE [Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico], como a Coreia do Sul, que é cantada e decantada como exemplo de educação a nível mundial”, argumenta. Para ele, portanto, o movimento deveria ser o de incentivar escolas desse tipo também na rede estadual. “Só que isso implicaria numa ampliação muito grande de investimento na área educacional e a lógica estabelecida pelo governo é reduzir investimento em educação”, complementa.

O professor sustenta que mesmo com a reforma do ensino médio, o modelo integrado tem respaldo legal para continuar existindo. “A lei que regulamenta os Institutos Federais, o Cefet, a Universidade Tecnológica do Paraná, concede autonomia administrativa, didática, pedagógica e financeira a essas instituições. Portanto, se elas têm autonomia didática e pedagógica, é de responsabilidade dessas instituições e da sua autonomia definir seus currículos e, portanto, isso não poderia ser afetado”, detalha. Além disso, Dante destaca que há uma brecha que pode ter passado despercebida na própria lei do novo ensino médio quando diz que os sistemas de ensino poderão fazer integração entre a Base Nacional Curricular Comum e qualquer um dos itinerários formativos (artigo 4º, parágrafo 3º). “Portanto, existem condições materiais concretas na rede federal e políticas para se resistir a esse processo de desmanche do ensino médio brasileiro”, destaca.

Diante do cenário de contingenciamento dos gastos públicos com a Emenda Constitucional 95, que congela o investimento do Estado por 20 anos, o MEC anunciou em março que pediu ao Banco Mundial recursos para viabilizar a reforma do ensino médio. Segundo matéria publicada no site do Ministério, o organismo se mostrou aberto ao pedido. “Isso é uma retomada dos anos 1990 quando nós tivemos a reforma educacional que separou obrigatoriamente o ensino médio da educação profissional [decreto 2.208/1997]. E o braço operacional da reforma foi exatamente o Programa Social de Educação Profissional, cuja fonte de financiamento foi o Banco Mundial. Então é o mesmo modelo que está se colocando”, alerta Dante.

## 'A CERTEZA DA IMPUNIDADE TEM AUMENTADO MUITO A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS'

André Antunes

JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO



No começo de maio o relator da CPI da Funai e do Inbra Nilson Leitão apresentou um relatório pedindo o indiciamento de mais de 100 pessoas por supostas fraudes em processos de demarcação, além de acusar lideranças do movimento indígena de serem "falsos índios". O teor do relatório já era esperado por conta de ser uma CPI dominada pela bancada ruralista? Qual deve ser o impacto desse relatório?

O resultado da CPI de forma alguma surpreendeu porque a gente sabia que independente do que acontecesse eles já estavam com o resultado pronto, que seria a condenação dos estudos feitos pela Funai no sentido tanto de inviabilizar novas demarcações como tentar rever terras já demarcadas alegando que houve estudos inadequados. Eles já vinham dizendo tudo isso. Agora o indiciamento das pessoas foi o que causou certa surpresa. O que eles querem com isso? Só reforça mais ainda esse interesse dos ruralistas de querer desqualificar nossa luta, desqualificar a Funai, para poder fragilizar tudo isso. É claro, a gente considerou esse resultado todo muito abusivo e muito induzido para chegar no ponto que atendesse ao interesse da bancada ruralista. Das pessoas que eles pedem que sejam indiciadas 36 são indígenas. Eles não têm prova nenhuma. Quando você vai atrás, vê que todas as acusações são contra pessoas que lutam em defesa dos territórios.

E há um discurso preconceituoso muito forte. O próprio Nilson Leitão fala que a Funai e o Cimi ficam inventando índio. 'Como é que pode existir índio de olhos azuis, louro?', eles dizem. Estão com esse discurso preconceituoso de achar que índio hoje é igual ao que era em 1500. E não consideram tudo o que foi de estupro, de abuso, da violência do passado para poder ter a miscigenação que teve. Não se olha indígena e diz que é

SONIA GUAJAJARA

Falar dos retrocessos nos direitos dos povos indígenas no Brasil de hoje é falar de um assunto que ganha novas dimensões a todo instante, com tanta rapidez, que após a entrevista ter sido feita, foi necessário um novo contato com a entrevistada à luz de novos acontecimentos que não só afetaram de modo brutal essas populações, mas também colocaram em foco a relevância de várias das bandeiras e denúncias levantadas pelos movimentos indígenas. No dia 30 de abril, a violência tomava o centro da agenda, por meio da divulgação do ataque sofrido pelos índios Gamela no Maranhão, em que homens portando armas de fogo e facões deixaram 13 índios feridos – sendo que dois tiveram as mãos decepadas e cinco foram baleados – no episódio mais recente de uma disputa que envolve territórios reivindicados pelos índios, grandes proprietários de terra e um poder público inoperante (e, por vezes, conivente). Três dias depois, a divulgação do relatório da CPI da Funai e do Inbra trouxe à baila a ameaça representada pela bancada ruralista no Congresso aos direitos territoriais dos povos indígenas. No relatório, o deputado federal Nilson Leitão (PSDB-MT) pediu o indiciamento de lideranças, antropólogos e membros de organizações de defesa dos povos indígenas por supostas fraudes em processos de demarcação de terras. No dia 5 de maio, foi a vez da denúncia do processo de desmonte da Funai ganhar relevo, depois que o presidente do órgão, Antonio Costa, foi exonerado do cargo alegando que sua demissão foi motivada por uma resistência em aceitar indicações de aliados políticos para o preenchimento de cargos no órgão indigenista. Nesta entrevista, Sonia Guajajara, da coordenação executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), fala sobre a luta diária dos indígenas para garantir seus direitos em uma conjuntura tão adversa e alerta: nada é tão ruim que não possa piorar.

pela cara, pelo cabelo, pela cor, mas pela própria identidade, sua origem, sua autoafirmação.

Há alguns anos que movimentos e organizações indigenistas vêm denunciando a escalada da violência contra os povos indígenas no país, mas após o ataque contra os índios Gamela no Maranhão no final de abril essa violência parece ter atingido um novo patamar. Essa leitura é correta?

Infelizmente a violência é uma rotina que acontece no Brasil todo. Esse ataque foi no Maranhão, mas em Mato Grosso do Sul isso é uma rotina, o tempo todo. E agora teve chacina no Mato Grosso, teve agora outra morte no Pará, de pessoas que são lideranças ligadas à luta pelos territórios, que no caso não são indígenas, mas que são pessoas que lutam pela terra. Esses ataques contra todas as pessoas que lutam pelo território estão aumentando muito. Eles fazem isso porque se sentem respaldados pela política atual que esse governo está expressando, que é de reduzir terras, de mudar leis para alterar o processo de demarcação. As vítimas felizmente estão se recuperando bem, parece que não tem mais nenhum em estado grave, mas claro a tensão fica, a memória fica marcada para a vida toda com esse ataque brutal. E estão todos muito apreensivos com medo de novos ataques, apesar da repercussão que teve e tudo, mas fica uma situação de insegurança.

Os últimos dados apresentados pelo Cimi relativos ao ano de 2015 apontam uma explosão da violência contra os povos indígenas, com 54 assassinatos naquele ano. A que vocês atribuem essa escalada da violência?

Um dos motivos é essa questão da insegurança jurídica dos territórios, porque com essas medidas tramitando no Congresso Nacional, muitos invasores das terras indígenas estão se sentindo muito empoderados, muito respaldados, na certeza de que essas medidas vão ser aprovadas. Então eles já partem para cima com muita agressividade na certeza de que os ruralistas que estão no Congresso Nacional vão garantir que essas leis sejam aprovadas. Confiando nisso, eles matam, expulsam, queimam sem nenhum pudor. Essas medidas tramitando causam muita insegurança e conflitos no campo. O próprio Nilson Leitão o tempo todo fica querendo mostrar que a gente é dominado por organizações que nos manipulam. Então, de alguma forma, eles querem enfraquecer as entidades de apoio e, com isso, estão enfraquecendo diretamente os indígenas. O ministro da Justiça, também ruralista, Osmar Serraglio, relator da PEC 215 [que transfere para o Congresso a responsabilidade sobre a demarcação de terras indígenas], está ali com o objetivo óbvio de inviabilizar toda e qualquer demarcação de terra, qualquer procedimento que seja. E também tem



ESTAMOS ATENTOS A TODO ESSE RETROCESSO E VAMOS CONTINUAR MOBILIZADOS, ORGANIZADOS, SEJA NAS ALDEIAS, SEJA NAS TERRAS INDÍGENAS, SEJA NOS NOSSOS ESTADOS OU EM BRASÍLIA. NÃO VAMOS RECUAR DE FORMA ALGUMA”

adotado esse discurso muito retrógrado e ofensivo, que ‘terra não enche barriga de ninguém’, ‘tem que integrar os indígenas’. Esse conjunto de discursos de pessoas públicas tem excitado muito a sociedade a ter comportamento violento contra os povos indígenas. A certeza da impunidade tem aumentado muito a violência.

Como avalia a exoneração do presidente da Funai, Antonio Costa, que em entrevistas declarou que estava sendo pressionado a aceitar indicações políticas para o órgão?

Esse loteamento de cargos é um dos principais critérios adotado por esse governo como um todo. Cada partido, cada deputado é dono de um órgão, de uma secretaria. Isso entre eles já está decidido. Quando eles colocaram o Antonio Costa na Funai, acharam que ele era a pessoa certa para poder fazer essa parte “suja”, como ele mesmo disse. Aí até acho que ele foi corajoso de dizer de fato o jogo sujo que tem lá dentro. Mas não era nenhuma surpresa essa demissão porque o Antonio Costa já vinha de alguma forma negando esses pedidos deles. Tanto que às vezes as nomeações para a Funai, que eram para vir do Ministério da Justiça, vinham direto da Casa Civil. Então isso só demonstrou que eles estão querendo dominar a Funai para poder facilitar os licenciamentos ambientais. Eles vêem a Funai hoje como um total empecilho. Não causou surpresa, mas causou preocupação, porque a Funai é o único órgão oficial responsável pela questão indígena e está agora totalmente à mercê desse governo que só quer utilizá-la para benefício próprio. E aí a questão indígena que se dane. A gente vê que na Funai não se tem mais condições de atuar, nem política, nem financeira, nem orçamentária, de recursos humanos. Eles conseguiram mesmo aquilo que a gente já anunciava há muito tempo que é desmontar a Funai.

A extinção de coordenadorias regionais da Funai é outro problema: desde que o Osmar Serraglio assumiu, foram 347 cargos de funções comissionadas que foram extintos, e 91

cargos de DAS, atingindo diretamente os povos indígenas, porque eram cargos de coordenações técnicas locais, as CTL, e de assistência administrativa de coordenação. A maioria desses cargos era ocupada por indígenas. Então cortou diretamente na carne mesmo dos indígenas, que ficaram sem emprego, sem contar o desfalque que aumentou nesses locais onde houve esses cortes. Em muitos deles era uma pessoa só que ficava responsável pelo trabalho, não era uma equipe. Agora fica totalmente ausente a abrangência da Funai com essas exonerações. Isso impacta diretamente não só a política, mas a própria ação direta do órgão, que já vinha fraca, não dando conta, e agora, mais do que nunca, ausente.

**No final de abril aconteceu o 14º Acampamento Terra Livre, ao final do qual houve a produção de um documento-síntese do evento e também um ato em frente ao Congresso, que foi duramente reprimido pela PM. Pode fazer um balanço do que foi discutido no acampamento?**

O acampamento deste ano foi surpreendente já em relação à quantidade de pessoas que conseguiram chegar à Brasília. A estimativa era de 1,5 mil indígenas e a gente alcançou mais de 4 mil indígenas que foram à Brasília. Todo mundo veio motivado por esse sentimento de indignação, de perda de direitos, de ameaças sobretudo aos direitos territoriais. Todo mundo nas suas bases se organizou, se mobilizou para chegar. Foram mais de 200 povos diferentes representados, reunidos no sentido de pautar a questão indígena, dar visibilidade para as lutas, dar visibilidade para as ameaças de retrocesso, mas também para mostrar que os territórios indígenas, por mais que estejam sendo utilizados pela bancada ruralista como um bem para resolver crise econômica, para nós continuam sendo sagrados. A gente quer mostrar que ainda são os territórios indígenas no Brasil

que protegem o meio ambiente, que garantem todos os elementos necessários para a vida, a água, o ar, a chuva. A gente luta pela demarcação das terras, pela regulação dos territórios, não só para nós – que a gente sem um território também deixa de existir –, mas também porque sua preservação garante a vida no planeta.

A gente está vivendo um momento dramático, de uma política totalmente predatória que não respeita direitos. Pelo contrário: se tenta a todo momento suprimir direitos. E a gente chega lá para protestar e antes de qualquer coisa, a primeira ação da polícia é receber com violência, com truculência, então isso lembra muito mesmo os tempos de repressão da ditadura. Brasília está parecendo um verdadeiro campo de batalha. E como estava próximo também da greve geral, já estava sendo preparado lá um arsenal de guerra para receber as pessoas. Tudo isso faz pensar que a luta está só recomeçando, se as pessoas não reagirem, não forem para rua mesmo, não enfrentarem isso aí, a gente vai voltar a um tempo de muita obscuridade. Estamos atentos a todo esse retrocesso e vamos continuar mobilizados, organizados, seja nas aldeias, seja nas terras indígenas, seja nos nossos estados ou em Brasília. Não vamos recuar de forma alguma.

**Quais os pontos você considera mais críticos nesse momento?**

O mais crítico no momento é a ameaça aos direitos territoriais. A Constituição define o que é território tradicionalmente ocupado, mas esse direito nunca foi alcançado. A gente tem um passivo muito grande de terras a serem regularizadas em todas as regiões, sobretudo no Centro Oeste, no Sul e no Nordeste. São mais de 400 terras que não têm nenhuma providência. Por mais que 13% do território nacional seja terra indígena, quando você coloca isso no mapa, percebe que a maioria está na Amazônia, e foi demarcada não só por iniciativa do Estado brasileiro, mas por uma pressão internacional na década de 1990, quando houve a ECO 92, e outros encontros mundiais que pressionaram o Brasil a regularizar as terras por conta da preocupação com a questão ambiental. Sobretudo essa preocupação com a Amazônia, por se tratar da maior floresta tropical do planeta, da maior biodiversidade. Então o mundo inteiro olhou para a Amazônia e exigiu essa proteção. Por isso que avançou muito a regularização na Amazônia. Mas, mesmo assim, na Amazônia ainda tem terras a serem demarcadas e mesmo as demarcadas ainda sofrem uma pressão muito grande de exploração ilegal de recursos naturais. São muitos invasores que ameaçam a vida dos indígenas dentro da sua própria terra. Há conflitos diários com madeireiros, garimpeiros, sem contar os empreendimentos que estão aí a todo vapor e desconsideram o direito de consulta prévia dos povos tradicionais.

E no Congresso Nacional são várias as ameaças aos povos indígenas. A PEC 215, por exemplo, continua em trâmite. O projeto de lei 1.610, que trata da mineração em terras indígenas também. No total são 182 medidas que tramitam no Legislativo que tem a ver com ameaças aos direitos indígenas. Dessas, 19 têm a ver com a flexibilização do licenciamento ambiental, para poder facilitar a exploração e instalação de empreendimentos.

**Você apontou a pressão internacional como decisiva para a regularização de terras indígenas na Amazônia na década de 1990. Em abril, junto com outras lideranças indígenas como o Davi Kopenawa, você esteve na ONU para participar de uma reunião preparatória da Revisão Periódica Universal das Nações Unidas e entregar uma carta assinada por várias organizações indígenas brasileiras contra os retrocessos no governo Temer. Qual é a expectativa com relação a esses encontros?**

Nós estamos com uma sequência de idas à Genebra. No ano passado a gente foi lá para acolher o texto da relatora das Nações Unidas que esteve aqui. O documento estava muito fiel aos fatos, fez fortes denúncias ao governo brasileiro, inclusive apontando que o Brasil já vinha andando a passos muito lentos em relação à promoção de direitos dos povos indígenas, mas agora esses passos aceleraram muito no sentido contrário, retrocedendo direitos. Ela apontou também a grande preocupação do enfraquecimento dos órgãos públicos que tratam da questão indígena, como a Funai e a Sesai [Secretaria Especial da Saúde Indígena], por exemplo, a violência, os assassinatos, os conflitos no campo. Então nós fomos a Genebra para acolher o documento, que o governo brasileiro estava contestando, dizendo que o Brasil tinha avançado muito. Nós fomos lá e fizemos esse contraponto, acolhendo o relatório e ainda frisando esse momento da violência e ameaça de retrocessos. Em seguida nós fomos apresentar o nosso relatório, porque o relatório apresentado pelo governo brasileiro parecia um relatório fantasia. A questão indígena aparece lá em três parágrafos e nem sequer cita a Funai e a Sesai. Nosso relatório, que fizemos em conjunto com mais de 40 organizações da sociedade civil, apontou cerca de 60 recomendações, 12 prioritárias. Elas dizem respeito à demarcação das terras, à proteção e a gestão territorial, à saúde indígena, à educação, ao fortalecimento dos órgãos públicos que cuidam das questões indígenas, à proteção dos defensores de direitos humanos, à criminalização das pessoas do movimento indígena, à impunidade em relação aos assassinatos dos indígenas.

No final do ano passado a mobilização dos indígenas foi decisiva para a revogação das portarias 1.907 e 2.141 do Ministério da Saúde, que vocês entenderam que retiravam a autonomia da Sesai e acabavam com a descentralização orçamentária e financeira do Subsistema de Saúde Indígena. A saúde indígena continua sob ameaça?

As portarias foram revogadas, porém se adotou um procedimento interno no Ministério permitindo as mesmas designações que estavam na portaria por outros meios. Uma coisa que a gente pedia muito, sempre tentou, foi o fortalecimento e a autonomia dos Distritos Sanitários Especiais [DSEIs]. Mas por meio de memorandos eles têm tentado o tempo todo vincular os distritos diretamente ao gabinete do ministro, sem passar pela Sesai, que estava ficando praticamente sem função. Falaram que tinha que extinguir uma secretaria do Ministério da Saúde nesse contexto de redução de gastos, e uma que eles estavam vendo para extinguir é a Sesai. Acho que essa pres-

ção continua, mas a gente também continua muito atento. Agora no acampamento um dos temas principais foi a saúde indígena, encaminhando que a Sesai precisa ser fortalecida e a autonomia do distrito precisa ser efetivada.

A Sesai foi criada por nós, pelo movimento indígena, e nunca conseguiu dar conta de atender a demanda de forma satisfatória. Agora, já não dando conta, o Ministério da Saúde tem interesse claro de municipalizar a saúde indígena ou então de terceirizar via Organizações Sociais. Então, a gente fica assustado e preocupado com esse interesse do Ministério da Saúde de fazer essa mudança que tem o sentido claro de privatizar a saúde, terceirizando, ou de municipalizar no sentido de fazer negociação pelos recursos com as prefeituras, sobretudo em períodos eleitorais. A maioria das prefeituras não tem uma relação boa com os indígenas e ainda nem veem esses indígenas como parte do município, eles veem os indígenas à parte. O que a gente quer é fortalecer a Sesai e as equipes de saúde. A saúde indígena está bem ameaçada e tende a piorar ainda mais se municipalizar ou terceirizar.

E a educação também. Apesar de termos direito constitucional a uma educação diferenciada, a proposta de adotar a política dos territórios educacionais, isso nunca se efetivou. Há uma deficiência muito grande na maioria dos estados no sentido de se ter as condições adequadas. Falta professor bilíngüe, falta material didático próprio, falta segurança dos profissionais da educação, o contrato se dá por meio de processo seletivo anual e sempre acontece com atraso, pagamentos atrasados, tudo isso influencia para não se ter uma educação de qualidade.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil realizou um parecer jurídico sobre os impactos da reforma da previdência sobre os indígenas. Pode falar um pouco sobre as conclusões desse parecer?

A aposentadoria dos povos indígenas segue o mesmo sistema de aposentadoria rural, embora muita gente pense que indígena jamais se aposente, o que é uma grande ignorância das pessoas. A gente se aposenta no tempo correspondente ao trabalhador do campo. Comprovando o tempo de trabalho, você se aposenta. Essa é uma das coisas que para nós acaba sendo mais difícil, porque a maioria dos indígenas, por ter o seu modo de vida próprio, não tem renda mensal, vive na sua aldeia, do seu plantio, de sua colheita para sobrevivência. A maioria dos indígenas não tem essa preocupação com renda nem com acúmulo de bens. Então essa contribuição vai ser impossível, simplesmente porque não condiz com o nosso modo de vida. A reforma da previdência é totalmente nociva também aos povos indígenas. O

# Águas em disputa

A maior agenda de privatizações do saneamento da história do país desperta preocupação entre especialistas que apontam o aumento dos conflitos por água como consequência

Maíra Mathias



Cordão policial isola a Assembleia Legislativa do Rio durante a votação da privatização da Cedae

A rua se transformou em um cenário de guerra. A fumaça e o barulho desorientadores das bombas de efeito moral se somavam aos estampidos produzidos por gatilhos a todo o momento acionados para liberar balas – de borracha, de plástico e até de chumbo. A visão era dificultada por outras bombas, de gás lacrimogêneo, e a entrada de um certo prédio público foi cercada de barreiras. De lá, saíam fortes jatos d'água apontados na direção de um carro de som. A perseguição se estendeu e dois veículos blindados, conhecidos como 'caveirão', avançaram por outras vias do centro do Rio de Janeiro. O noticiário chamou o acontecido naquela tarde de sol de 9 de fevereiro de "batalha", palavra que originalmente remete ao combate militar entre dois exércitos inimigos. Na mira de todas essas armas, no entanto, não havia outro exército. Tampouco, de um ponto de vista republicano, as mulheres e homens, jovens e idosos que ali se agruparam deveriam ser encarados como 'inimigos'. Mas assim foi feito. E, a partir do dia 15, quando a autorização para o envio da Força Nacional de Segurança Pública foi dada pelo governo federal, aqueles que defendiam a privatização da Companhia Estadual de Água e Esgoto (Cedae) se cercaram – literalmente – das condições necessárias para aprovar a medida. No dia 20 de fevereiro, com galerias vazias e cordão policial de 500 homens montado no entorno da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), os deputados autorizaram o governador Luiz Fernando Pezão (PMDB) a vender todas as ações da empresa.

Passado pouco mais de um mês, a água foi novamente objeto de disputa, mas de um tipo diferente. Uma década após as obras começarem e mais de cem anos depois de irromperem no imaginário político nacional como solução para as dificuldades trazidas pela terra árida e pelo clima seco que afetam a vida de gerações de nordestinos, a inauguração da transposição do rio São Francisco aconteceu. Ou melhor, inaugurações. No dia 10 de março, o presidente Michel Temer acompanhado de uma enxuta comitiva participou da cerimônia oficial de abertura do trecho que leva as águas do Velho Chico para Monteiro, na Paraíba. No dia 19, mulheres, homens, moços e velhos se aglomeraram na praça da cidadezinha para participar da inauguração extraoficial, que tinha no palanque os ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff. Fato histórico carregado de simbolismo, a transposição evidenciou a "batalha" travada no coração do poder nacional e regional que tem na mira 2018.

Cada qual a sua maneira, os dois eventos dizem muito sobre como o Brasil pensa e gere suas águas. Isso porque a transposição, feita em nome das pessoas, talvez não seja para elas. E a venda da Cedae, feita em nome da recuperação financeira do Rio de Janeiro, tem tudo para ser um tiro no pé. Os alertas são feitos por especialistas ouvidos

pela Poli e têm como pano de fundo a mais ampla agenda de privatizações da infraestrutura pública de saneamento da história do país – que inclui desde companhias estaduais veteranas até a gestão dos recém-inaugurados canais da transposição do São Francisco – e prevê ainda mudanças no marco legal do setor. "Sob muitos pontos de vista e de diferentes formas, essas medidas vão acirrar os conflitos por água no Brasil", afirma o engenheiro sanitarista Alexandre Pessoa, professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).

### A via da imposição

A Cedae é a segunda maior empresa de saneamento do Brasil. Com 75 unidades de tratamento de água, 20 de tratamento de esgoto e uma rede de distribuição de 14 mil quilômetros que abastece aproximadamente 12 milhões de pessoas residentes em 64 dos 92 municípios do Rio, a estatal apresenta um histórico de lucros que geram dividendos ao governo fluminense. Até o terceiro trimestre de 2016, o lucro líquido – ou seja, o faturamento apurado depois do pagamento de impostos e taxas – foi de R\$ 165 milhões. Em 2015, ano da crise hídrica, ficou em R\$ 248,8 milhões. Em 2014, bateu recorde e alcançou R\$ 460,3 milhões. Nos últimos dez anos, esse número ultrapassou R\$ 2 bilhões.

Com um déficit orçamentário previsto em R\$ 26 bilhões apenas em 2017, o governo do Rio decretou estado de calamidade financeira em junho do ano passado. O desastre das contas públicas nas gestões do PMDB fluminense abriu espaço para medidas excepcionais, como sucessivos atrasos no pagamento dos salários de servidores, aposentados e pensionistas. E também foi o pontapé inicial para um controverso processo de renegociação da dívida com a União.

A privatização da Cedae foi apresentada pelo governo federal como exigência para socorrer o Rio. "Não há um plano B", sentenciou o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, sobre o acordo firmado entre Pezão e Temer no dia 26 de janeiro. O documento traz uma longa lista de medidas que precisam ser cumpridas pelo governo fluminense para que este possa adiar o pagamento dos débitos com a União. Válido até 2019, o acordo projeta para o período um déficit que ultrapassa R\$ 60 bilhões. Um número superlativo que, contudo, não chega nem perto do total de benefícios fiscais concedidos pelo PMDB do Rio ao setor privado que, segundo um relatório dos auditores da receita estadual, somou R\$ 138 bi desde 2007, ano em que o ex-governador Sérgio Cabral assumiu o Executivo. O político está detido na penitenciária de Bangu desde novembro do ano passado. É acusado, dentre outras coisas, de integrar um esquema de propina em troca da concessão de benefícios fiscais.



População de Monteiro no ato de inauguração extraoficial que levou Lula e Dilma à cidade

FRANCISCO PRONER/MÍDIA NINA

Tendo por moldes tais números, personagens e circunstâncias, o acordo bilateral lançou as bases para que o governo federal estendesse as condições aceitas pelo Rio para o restante do país. Em 23 de fevereiro, o ministro da Fazenda enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar (PLC) 343, que instituiu o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal. No texto, a privatização de estatais de saneamento, energia e bancos são contrapartidas exigidas pelo governo Temer para renegociar as dívidas dos entes federados. O PLC 343 estava pronto para ser votado no plenário da Câmara dos Deputados desde 29 de março, mas encontrou resistência dos partidos de oposição, de vários governadores e até de quem também decretou calamidade financeira em seu estado. É o caso de Minas Gerais.

“Por que a gente privatizaria empresas que estão bem e dando resultados, como a Cemig [energia elétrica], a Copasa [saneamento] e a Codemig [desenvolvimento]? O próprio caso da Cedae. O valor da Cedae mal cobre um mês da folha de pagamento do Rio de Janeiro. Vai privatizar para quê? A não ser que o governo federal assumira que isso não tem nada a ver com ajuste e que seja decisão ideológica”, declarou o governador mineiro, Fernando Pimentel (PT), em entrevista ao jornal Valor Econômico (02/03). “Podemos privatizar se isso for mais útil para a prestação de serviços”, continuou ele, arrematando: “Agora, sermos obrigados a privatizar?”.

Fechando a lista dos entes federados em estado de calamidade financeira está o Rio Grande do Sul. Por lá, o governador Ivo Sartori (PMDB) tem mantido posição ambígua. Assim como fez o Rio, enveredou por uma negociação bilateral com a equipe de Temer e, tal qual Pezão, foi presença assídua em Brasília durante as votações do PLC 343. Contudo, nem a Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) nem o Banrisul, banco do estado – definidos como “joias

da coroa” pelo ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha – estão no rol das estatais que Sartori admite vender para renegociar sua dívida com a União, segundo a assessoria de imprensa do governo gaúcho informou à Poli no início de abril.

Contudo, com o pacote aprovado, Minas, Rio Grande do Sul ou qualquer estado que precise renegociar dívidas no futuro fica obrigado, por lei federal, a privatizar o saneamento. “Esse projeto vai abrir a porteira para eles fazerem o que bem entendem”, comenta Ary Girota, delegado sindical da Cedae, que, junto com outros trabalhadores da estatal, tentava influenciar deputados federais a barrarem o projeto. Até o fechamento desta reportagem, as perspectivas não eram as melhores. Depois de sucessivos adiamentos, o texto base, que incluía as privatizações no saneamento, foi aprovado pela Câmara em 10 de maio e as propostas que tentavam retirar esse tipo de contrapartida foram der-

rotadas. Agora, o texto segue para o Senado. O Regime de Recuperação Fiscal libera os estados de pagar o que devem à União por três anos, prorrogáveis por mais três, e prevê ajuda para renegociação de dívidas com bancos.

“O atual governo está radicalizando a proposta neoliberal. Para isso, faz chantagem com os estados, impõe como condição para renegociar as dívidas a privatização não só das companhias de saneamento, mas de quaisquer outras estatais que ainda existam. É um jogo pesado”, comenta o engenheiro Luiz Roberto Moraes, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Considerado um dos maiores especialistas na área em atividade no país, ele completa: “Nunca houve um processo tão avassalador de privatização do saneamento no Brasil”.

### As águas debaixo da Ponte

O veredicto decorre da constatação de que a agenda do governo federal não se limita à imposição de contrapartidas para renegociar as dívidas estaduais. Esse seria o polo negativo de um amplo espectro de medidas que, segundo seus proponentes, são necessárias para a retomada do crescimento econômico do país. O cerne desse pensamento está no documento ‘Uma Ponte para o Futuro’, lançado pelo PMDB no longínquo mês de outubro de 2015, que

afirmava ser “fundamental” para o desenvolvimento brasileiro a execução de uma política “centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos”. No seu primeiro dia no Planalto, ainda como presidente interino, Michel Temer editou uma medida provisória que daria sustentação a esse processo, criando o Programa de Parcerias em Investimento (PPI). Aprovado pelo Congresso em setembro como lei (13.334), o PPI abarca concessões à iniciativa privada de aeroportos, rodovias, portos, ferrovias, mineração, energia. Em um país onde 95% do saneamento dos municípios é operado por empresas ou autarquias públicas, não foi exatamente uma surpresa que esse setor fosse um dos primeiros alvos da política de desestatização.

O saneamento básico é composto, no mínimo, por quatro componentes: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo das águas pluviais e limpeza urbana. “Desse, os mais atraentes para o capital são o abastecimento de água e o esgotamento porque, tradicionalmente no Brasil, são serviços cobrados por meio de tarifas – e isso é visto como uma oportunidade de negócio. Então, a pressão do capital é permanente no sentido de abrir um novo mercado



Temer inaugura trecho da transposição do São Francisco em Monteiro

BETO BARATA/PR

para si. E este governo não decepcionou: com o PPI inaugurou a maior investida da história brasileira para colocar o controle das companhias estaduais de saneamento na mão da iniciativa privada”, situa Moraes. Não que as empresas não atuem há muito tempo no saneamento, explica o professor da UFBA. “Mas isso acontecia na fabricação de materiais e equipamentos, na elaboração de projetos e das próprias obras de engenharia”, explica. Não por coincidência, as grandes empresas brasileiras do saneamento foram criadas como subsidiárias de empreiteiras como Odebrecht e OAS. “O saneamento básico passou a ser um novo ambiente de negócios em que além de executar a obra, a empresa ainda lucra operando aquele sistema”, diz.

Mas, acima de tudo, o saneamento se mostrou um bom negócio para empresas privadas – não só no Brasil como ao redor do mundo – devido a uma característica especial que o distingue de outros serviços, como a telefonia por exemplo. Isso porque o saneamento é um monopólio natural. Uma empresa de água e esgoto dispõe de uma infraestrutura capaz de realizar desde a captação no manancial, passando por barragens e adutoras que levam a água dali para as estações de tratamento. A água própria para consumo humano segue para reservatórios urbanos, de onde é bombeada pela rede de distribuição. Só aí chega na torneira das casas. Depois de usada, a água se mistura com resíduos e vira esgoto. “Você não tem duas, três redes de água e esgoto na mesma rua para poder escolher entre o serviço da empresa A, B ou C. Ficaria inviável economicamente, então você tem uma única tubulação e uma única empresa para operar aquilo ali. Na telefonia tem concorrência, você pode contratar diferentes empresas, mas no saneamento o usuário não tem opção”, explica Moraes.

A captação via rede específica, o tratamento e a disposição adequada do esgoto são considerados calcanhares de Aquiles do país que, de resto, ainda não universalizou o abastecimento de água. Segundo dados mais recentes do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) referentes a 2015, apenas metade dos brasileiros têm acesso à coleta de esgoto, enquanto 83,3% são abastecidos de água. Essas estatísticas são o principal trunfo do governo e dos empresários, que argumentam que o setor público falhou na universalização dos serviços e está na hora de o setor privado assumir sua prestação. Além das alegações mais gerais de ineficiência da gestão pública, a defesa da privatização do saneamento se sustenta na crise econômica, uma vez que nem estados, nem o próprio nível federal teriam condições de investir na expansão e melhoria dos serviços na atual conjuntura.

E, assim, o círculo se fecha, na avaliação dos especialistas ouvidos pela Poli. Se a renegociação das dívidas se baseia em uma imposição às claras, o PPI tem um caráter mais sofisticado ao induzir as parcerias com o setor privado como único caminho para viabilizar o aporte de recursos para o saneamento. A questão, pondera Moraes, é que no caso do PPI os recursos imediatamente aportados são públicos e não privados.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é o braço operacional do PPI. De lá sai o financiamento de até 80% do montante total que a iniciativa privada irá ‘investir’. Os empréstimos feitos a juros subsidiados podem ser pagos num prazo de até 20 anos. “Sistemas de água e esgoto exigem altos custos de implantação que, historicamente, em todos os países do mundo, foram providos pelo Estado. Se o Estado brasileiro banca 80% do investimento, qual a justificativa para a entrada do setor privado?”, questiona Moraes, que define o modelo em voga no Brasil como “capitalismo sem riscos”: “O ‘parceiro’ privado acaba usufruindo bastante dos recursos públicos através de linhas de crédito a juros baixíssimos, aumentando a sua mais-valia, se

apropriando, então, desses recursos. E uma vez no exercício da exploração dos serviços públicos de água e esgoto, ele praticamente determina o que vai ser feito, quando vai ser feito, como vai ser feito, para quem vai prestar o serviço, para onde se vai expandir. Entre uma população de baixa renda na periferia e uma população de renda média e alta, o ‘parceiro’ privado prefere a segunda, que tem uma maior capacidade de pagamento”.

Em outubro do ano passado, a adesão ao PPI foi formalizada pelos governadores de 18 estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Tocantins, Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro (que foi o primeiro a entrar no Programa e também o primeiro a sair dele por motivos que até hoje não estão muito claros). De lá para cá, o BNDES se empenhou na abertura de editais de licitação para contratar consultorias privadas que farão o diagnóstico da situação de cada estado. Desses estudos saem o que o Banco chama de ‘modelos de parcerias’. Hoje, o controle das estatais de saneamento **pode passar para a iniciativa privada de diferentes formas:** concessão plena, concessão parcial, parceria público-privada, venda de ativos e até a pouca conhecida alocação de ativos, quando, por exemplo, uma empresa privada toma emprestado dinheiro público para construir uma estação de tratamento de água e esgoto e arrenda depois essa estrutura para a companhia estadual, como se fosse um aluguel.

O Banco tem demonstrado velocidade na contratação das consultorias. Os pregões do primeiro lote que reuniu seis estados – Amapá, Alagoas, Maranhão, Pará, Pernambuco e Sergipe – foram realizados em março. Os preparativos para os pregões do segundo lote – formado por Acre, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Santa Catarina – tinham começado naquele

mês. Os processos de Amazonas, Bahia, Paraná, Piauí e Tocantins ainda estavam em preparo. O único estado que não seguia o trâmite foi Rondônia, que preferiu contratar uma consultoria por conta própria.

Os recursos públicos disponibilizados para a contratação dessas empresas poderiam ser usados para financiar o planejamento do setor público, defende Moraes. Segundo ele, um plano municipal de saneamento básico custa em média R\$ 300 mil. O plano cumpre o papel de fazer o diagnóstico da situação e a projeção de como alcançar metas futuras de ampliação da cobertura e é feito com participação da população. Nos cálculos do professor se os R\$ 19,2 milhões direcionados pelo BNDES para contratar a consultoria de Alagoas, por exemplo, fossem usados para financiar planos municipais, 64 das 102 cidades do estado poderiam ser atendidas. Em Sergipe, 50 de 72 cidades poderiam financiar seus planos. “Eu peguei o volume de recursos para os seis estados do primeiro lote e concluí que daria para fazer plano para 382 municípios com o mesmo valor. Quando um prefeito bate na porta do governo federal pedindo recursos para elaborar seu plano, o governo fala que não tem dinheiro. Estamos demonstrando que existe, sim, dinheiro mas que a opção política é financiar a privatização”, sentencia.

A previsão do BNDES é que os primeiros leilões dos serviços de saneamento ocorram no começo de 2018. O otimismo pode ser infundado, já que entre aderir ao PPI e fazer os leilões vai um longo caminho. “É preciso acreditar que todos os governadores vão conseguir aprovar leis autorizando nas respectivas assembleias legislativas. E que nem os municípios, nem a sociedade civil vão reagir”, diz Moraes.

Na Paraíba, a mobilização fez o governador mudar de ideia. O estado protagonizou em abril a segunda baixa do PPI de uma maneira, digamos, peremptória. “Como demonstra a história recente, dadas, sobretudo, as desigualdades socioeconômicas e regionais já crônicas em nosso país, as políticas irrefletidas de privatização de serviços básicos tendem a oferecer falso e momentâneo alívio financeiro aos entes públicos e a promover efeitos colaterais pelos quais o próprio Estado é responsabilizado. Assim, não é raro ocorrer em seguida a privatizações restrições de acesso a bens de interesse social, além de uma desequilibrada busca pelo lucro, o que penaliza a população como um todo”, afirmou o governador Ricardo Coutinho (PSB) em uma carta aberta endereçada aos cidadãos da Paraíba.

No texto, ele argumenta que a Companhia de Água e Esgotos (Cagepa) teve superávit de R\$ 20 milhões em 2016, mas acrescenta que a importância da estatal não se resume aos valores da arrecadação obtida. “A Cagepa não visa ao lucro; embora tenha a obrigação de ser equilibrada financeiramente. Sua função é a de prestar serviços públicos acessíveis e de qualidade quanto ao abastecimento de água e ao tratamento sanitário para toda a população. A relevância de seu superávit está no fato de que – mesmo num quadro de gravíssima estiagem, com 45 municípios em absoluto colapso hídrico e muitos outros em regime de

racionamento – ele revela a sustentabilidade e a eficácia da empresa, desde que o governo promova as garantias e as adaptações gerenciais necessárias”.

Em Sergipe, parlamentares de vários partidos realizaram uma audiência pública em março que foi considerada a maior da história da Assembleia Legislativa do estado com mais de mil participantes que se espremeram dentro

Legalmente não se pode usar o termo “privatização” para o saneamento – embora o atual momento inspire confusão já que é este o termo exato usado pelo governo federal no PLC 343. “O termo privatização é conhecido, tanto no direito quanto na economia, como a venda de ativos públicos para o setor privado. No caso brasileiro, quando se fala de serviços públicos como o saneamento, a nossa Constituição não permite a privatização, como houve no Chile ou na Inglaterra. O máximo que permite é o regime de concessão, onde os ativos, os bens são propriedade pública, mas operados sob contrato de delegação e, ao final do contrato, retornam ao setor público. São bens reversíveis”, explica Thadeu Abicalil do Banco Mundial.

Contudo, não faz muito tempo que parte do Congresso Nacional apontou na direção contrária. É que o Senado queria alterar a Lei Geral das Telecomunicações para permitir que empresas privadas se tornem donas também das linhas de transmissão, do cabeamento, dos prédios, enfim, do patrimônio público que, ao término do contrato, retorna para a União. E os parlamentares lançaram mão de um expediente, no mínimo, heterodoxo para fazer passar o projeto (que também garantia o perdão de R\$ 20 bilhões da dívida das teles com o governo): decidiram que o texto não precisava passar pelo plenário. O PLC 79/2016 seguiu de uma comissão temporária direto para a mesa de Michel Temer e, se não fosse a interferência do Supremo Tribunal Federal (STF), a essa altura, talvez tivesse sido sancionado pelo presidente. A discussão continua no Congresso e pode abrir precedente para as concessões em outros setores, como o saneamento.

“Todos esses formatos são tipos de privatização. Você pode colocar privatização entre aspas, se quiser, mas na prática as consequências são as mesmas já que a empresa privada fica com o controle de tudo”, rebate Moraes, que completa: “E nada garante que amanhã ou depois o governo não decida mudar a Constituição para permitir a venda das instalações e equipamentos das companhias estaduais de saneamento”.

e até do lado de fora do prédio. Como desdobramento, outra audiência foi feita pela seção regional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que chamou os senadores e deputados federais de Sergipe, além de organizações da sociedade civil. O resultado do encontro foi uma posição contrária à privatização da Companhia de Saneamento (Deso). “Lá em Sergipe está havendo uma reação à altura do movimento social, do movimento sindical, do movimento popular, do movimento ambientalista, das diferentes igrejas contra a privatização da Deso. Se não houver uma pressão social grande em cada um dos estados, acontece o que aconteceu no Rio de Janeiro”, alerta Moraes.

### **Cedae: vitrine e vidraça**

O Rio de Janeiro foi pioneiro na implantação do saneamento no Brasil. O sistema de captação de água e tratamento de esgotos da cidade foi feito ainda no período imperial pela City, uma empresa inglesa privada. “Essa empresa perdeu a concessão exatamente porque não cumpriu as cláusulas contratuais de expansão e de qualidade, então nada disso é novidade. Faz parte da história do saneamento”, afirma Alexandre Pessoa, professor-pesquisador da EPSJV/Fiocruz. De lá para cá, diversos governos tentaram privatizar o saneamento. “Por que isso não ocorreu? Há um histórico de resistência da população à privatização desses serviços por entender que uma consequência inevitável é o aumento tarifário, já que se trata de um monopólio natural”, retoma o engenheiro. “As tentativas de privatização da Cedae começaram na década de 1990 com o governo Marcelo Alencar [PMDB], que vendeu diversas estatais. Não tiveram êxito com a Cedae. Naquele momento, a população tinha clara a importância de uma

empresa de saneamento que, mesmo com problemas, é pública e tem como única função atender a população e não os acionistas”, contextualiza, por sua vez, Ary Girota, delegado sindical da estatal.

Desta vez, no entanto, a reação popular à privatização não veio no tom esperado. As respostas para isso são muitas. Na opinião de Girota, depois de várias tentativas frustradas de privatização direta nos governos Garotinho, Rosinha e Cabral, a Cedae sofreu uma espécie de privatização por dentro, e passou a ser administrada sob uma lógica distanciada de sua missão. “Esses governos fizeram a expansão do sistema de água, mas a parte de tratamento de esgoto não acompanhou porque há um discurso interno de que esgoto dá prejuízo e, sob essa alegação, a Cedae abriu mão de operar sistemas de esgoto em vários locais. Com isso, esse braço da empresa foi sendo

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL



Repressão aos manifestantes na Av. Presidente Vargas no dia da votação (20/02)

sucateado, foram deixando de investir, foram deixando cair a qualidade do serviço. Só que isso afeta diretamente a população, que não quer ter esgoto na porta de casa. E não há uma justificativa técnica para não se ter um investimento ao menos paritário entre água e esgoto. É uma opção política sucatear esse sistema para justificar a entrega, algo que não foi percebido, inclusive, pelas entidades sindicais, e que está sendo explorado hoje para defender a privatização”, avalia.

Contudo, o que sobressai quando se olha o cenário em que se aprovou a privatização da Cedae é a tentativa deliberada do governo de afastar a sociedade do debate. O projeto de lei 2.345 chegou no dia 3 de fevereiro à Alerj. Nele, o governador Luiz Fernando Pezão pedia a autorização do legislativo para privatizar a estatal e, antes mesmo de a venda se concretizar, captar um empréstimo de R\$ 3,5 bilhões dando como garantia as ações da empresa. Nenhuma audiência pública sobre o tema foi realizada. Toda a discussão se deu com a Assembleia Legislativa do Rio protegida por uma espécie de barricada. As galerias do plenário foram fechadas ao público. Além disso, não houve discussão no próprio legislativo. A mesa diretora da Alerj havia divulgado um calendário em que os ritos da votação levariam quatro dias. Até porque os parlamentares apresentaram nada menos do que 211 emendas ao projeto. Mas elas foram rejeitadas em bloco pelos deputados da base do governo e o projeto acabou sendo votado em pouco mais de 40 minutos no próprio dia 20. Dos 69 deputados presentes na sessão, 41 foram a favor e 28 contra.

A votação relâmpago causou surpresa e revolta entre os manifestantes contrários à privatização. A “batalha” entre militares e civis se repetiu. Os trabalhadores improvisaram uma caminhada da Alerj até a sede da Cedae. Ao longo do trajeto, de cerca de três quilômetros, banheiros químicos instalados no centro do Rio para o Carnaval foram depredados. A resposta policial se deu com tiros e bombas. Diversas pessoas ficaram feridas e 24 foram detidas. “A repressão policial durante todo o processo foi muito violenta, desproporcional. Mobilizar as pessoas, e os próprios trabalhadores, não foi uma tarefa fácil”, diz Girota, que continua: “Na verdade, o que nós tivemos ao longo do processo de autorização da privatização da Cedae foi um Estado de exceção. Ficou muito claro nos dias dos atos. A cidade do Rio de Janeiro foi tomada por tropas federais para garantir a privatização. Não foi só a Força Nacional que veio, estiveram de prontidão também o Exército e os fuzileiros navais. E a PM fez o trabalho de repressão. Nós fomos colocados contra a parede – não só os trabalhadores como toda a população fluminense – como se estivéssemos defendendo uma ilegalidade e não o contrário. Foram eles que atropelaram o processo democrático, conduziram esse processo de uma maneira totalmente autoritária e cedendo aos interesses do Temer, que é o grande capitão desse processo todo. Estão entregando tudo e a Cedae é um desses componentes”.

A lei 7.529, que permite a privatização da Cedae, foi sancionada por Pezão no dia 7 de março. A partir daí, o governo tem seis meses, prorrogáveis por mais



Caveirão usado para perseguir manifestantes nas ruas do Rio (09/02)

seis, para contratar bancos federais para estruturar o modelo de venda da companhia. Segundo o deputado Marcelo Freixo (Psol), a empresa vale entre R\$ 10 e R\$ 14 bilhões. Nos bastidores, ainda segundo ele, membros do governo afirmam que a negociação seria de cerca de R\$ 4 bilhões, valor considerado irrisório já que a receita operacional da Cedae em 2015 foi de R\$ 4,47 bilhões.

Nas apostas do mercado de quem pode levar a Cedae os mais cotados são Brookfield, Águas do Brasil e Aegea Saneamento. Uma análise detida sobre os três já revela muito da atual dinâmica empresarial em torno da água. Se o mercado brasileiro por muito tempo foi dominado pelas empreiteiras, com a Operação Lava Jato o cenário apresenta um mix cada vez mais transnacional. O comprador mais cotado é um fundo canadense (Brookfield) que em outubro do ano passado arrematou 70% da Odebrecht Ambiental por R\$ 2,5 bilhões. Também está no páreo a Águas do Brasil – que opera os serviços em Niterói e Petrópolis – tem entre suas principais acionistas as construtoras Carioca Engenharia e Queiroz Galvão. Já a Aegea, outra forte candidata, é um caso à parte. A empresa tem como sócios um grupo brasileiro,

o fundo soberano de Cingapura e a *International Finance Corporation* (IFC), instituição do Banco Mundial criada para apoiar o setor privado nos países em desenvolvimento. Procurado pela Poli, o escritório do Banco Mundial no Brasil informou que, em 2012, a IFC concedeu um empréstimo à Aegea para ajudá-la em sua expansão pelo país, inclusive nas regiões Norte e Nordeste e que, desde então, a IFC e o Fundo Global de Infraestrutura da IFC injetaram mais de US\$ 84 milhões por meio de empréstimos e de investimentos em participação acionária na empresa.

Os movimentos internacionais contrários à privatização do saneamento têm feito cobranças públicas ao Banco Mundial por conta da atuação da IFC. Historicamente, o organismo financeiro foi acusado de conceder empréstimos a países dando como contrapartida a privatização dos serviços. No debate brasileiro recente, um argumento usado com frequência por entidades que lutam contra as privatizações é o de que o Banco Mundial defendeu no passado a privatização, mas agora reviu esse posicionamento. Thadeu Abicalil, especialista de água e saneamento do Banco no país, esclarece que, para a instituição, não importa a natureza jurídica da prestação do serviço. “Desde que seja prestado de forma eficiente e equânime, chegue aos mais pobres. Esse é o ponto que a gente sempre quer passar, seja público ou privado”. E acrescenta: “No Brasil, nós estamos, no Banco Mundial, bastante convencidos de que o setor público sozinho não será capaz de alcançar esse nível de investimento nessa infraestrutura, precisará de parceria”.

Alexandre Pessoa acredita que, tendo como pano de fundo a falência do estado, se criou uma grande oportunidade para privatizar sem os ‘embaraços’ democráticos, como o espaço para o contraditório. “Não lembro de ter visto uma lógica tão perversa porque ela interdita qualquer debate sobre a concepção do saneamento, sobre o que realmente deve ser discutido como objetivo do saneamento: a saúde pública. Esses aspectos, que já foram discutidos no passado, não entraram na pauta desta vez porque o processo está envolto em uma aura de chantagem”, avalia o engenheiro sanitário. Ele lembra que em 2010, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou a água limpa e segura e o saneamento como direitos humanos essenciais. “Garantir direitos essenciais é uma função do Estado, estamos falando em serviços de natureza pública em que há um claro conflito de interesses. A lógica da rentabilidade se choca com a necessidade de atender a uma demanda reprimida não só de expansão do sistema de saneamento mas também da qualidade desse atendimento”.

Trabalhadores, movimentos sociais e partidos da oposição se uniram num esforço póstumo de tentar barrar a privatização da Cedae. Na esfera judicial, a sorte foi lançada no dia 29 de março, quando chegou ao STF uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) que questiona a validade do

rito legislativo que autorizou a privatização da estatal. Os partidos Psol e Rede – autores da Adin – argumentam que a aprovação feriu o princípio da deliberação suficiente. Entre os argumentos, eles citam que nenhum dos 64 municípios que serão afetados pela decisão foram consultados e que um tema estratégico não deveria ter sido submetido ao regime de urgência.

“Alterações profundas no regime jurídico da prestação dos serviços públicos de água e esgoto não podem ser feitas com fundamento apenas em preocupações de caráter orçamentário”, diz o texto da Adin, que continua: “Não houve no curso do processo legislativo qualquer exame sério quanto à aptidão de a Cedae prestar adequadamente os serviços públicos de distribuição de água e de esgotamento sanitário após a privatização. Desconsiderou-se, por completo, a experiência internacional recente, que tem demonstrado que as empresas privadas tendem a maximizar a sua margem de lucro, dando preferência aos investimentos em áreas com melhor retorno financeiro, em detrimento do atendimento de toda a população”. O texto se refere às 235 cidades que, desde 2000, retomaram a gestão do tratamento e fornecimento de água das mãos de empresas privadas. A lista inclui grandes capitais como Berlim, Buenos Aires e Paris, onde as duas maiores empresas privadas de água do mundo – as francesas Suez e Veolia – foram dispensadas pela prefeitura. Dentre as razões que levaram às reestatizações, estão investimento insuficiente, descumprimento de metas contratuais, aumento nas tarifas, pouca transparência e políticas de exclusão de populações mais pobres.

Além da Adin, uma proposta de plebiscito foi assinada por oito lideranças partidárias na Alerj. O projeto está na mesa do presidente da Assembleia. A proposta que tem mais chances de vingar vem do legislativo da capital. O vereador Renato Cinco (Psol) planeja a realização de uma assembleia popular para debater a privatização da Cedae no mês de junho. Contudo, até agora, a única dor de cabeça infligida ao governo estadual não veio dessas iniciativas, mas do prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (PRB), que anunciou que poderia criar uma empresa municipal de água e esgoto. “A Cedae só existe devido a dois Rios: o Rio Guandu, que fornece a água, e o Rio de Janeiro, que é o maior cliente”, disse em fevereiro. Questionada pela Poli se mantém a ideia de criar a companhia, a prefeitura do Rio enviou nota afirmando que “defende que o município seja ouvido no processo de privatização da Cedae, uma vez que a cidade é responsável pela maior parte do faturamento da companhia” pois “é necessário saber quais benefícios esta transação trará”.

As companhias estaduais de saneamento funcionam com subsídio cruzado: os superávits das cidades maiores tampam os déficits dos municípios menores ou onde a implantação do serviço foi muito cara. Esse equilíbrio é o que

permite a empresa atuar em um número maior de cidades. “Se o Crivella endurece e toma o Rio ele quebra a Cedae porque o que sobra não é o suficiente para fazê-la funcionar”, diz Luiz Roberto Moraes. A capital responde por 87% da receita da Cedae. O engenheiro explica que a Constituição diz que cabe ao município a atribuição de organizar e prestar diretamente o serviço de saneamento ou conceder a terceiros essa prestação. “Os municípios são os titulares, os donos do serviço. A Cedae é uma simples prestadora. E como dono, o município pode endurecer, não dar autorização, gerar conflito”. De acordo com Moraes, a pressão agora deve ser feita localmente porque para a privatização vingar será necessária a autorização das câmaras de vereadores. “Eles vão tentar cooptar os prefeitos, os vereadores, mas se a sociedade reagir eu acho que muita água pode rolar daqui para frente”.

### Velho Chico, novos problemas

Nem mesmo a transposição do rio São Francisco ficou incólume à agenda de privatizações do governo federal. Desde outubro do ano passado, o Ministério da Integração Nacional noticia a intenção de criar parcerias público-privadas para a gestão dos canais que levarão as águas do Velho Chico para o semiárido nordestino. Em nota enviada à Poli,

a pasta afirmou que já havia solicitado ao BNDES “estudos de viabilidade de parceria com ente privado para operação e manutenção dos canais” e acrescentou que havia recebido, por sua vez, uma solicitação da Secretaria Especial do PPI (que tem status de ministério) para prestar informações sobre o Projeto de Integração do Rio São Francisco, nome oficial das obras de transposição.

Com 477 quilômetros de extensão em dois eixos de transferência de água, o empreendimento promete abastecer 12 milhões de pessoas em 390 municípios nos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O Eixo Norte vai do município de Cabrobó (PE) até Cajazeiras (PB), mede 260 quilômetros e, segundo o governo federal, deve ficar pronto no segundo semestre. No dia 10 de março, uma parte do Eixo Leste foi inaugurado. Com 217 quilômetros, o canal vai de Floresta (PE) até Monteiro (PB). As obras começaram em 2007, no segundo mandato do presidente Lula, com previsão de conclusão em 2012, já no governo Dilma Rousseff, que foi afastada do Planalto com aproximadamente 90% dos canais concluídos.

“Atualmente, a Codevasf [Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco] é a responsável pela gestão dessas águas. Mas isso ficou muito tempo indefinido e até hoje não há nenhum desenho de como seria essa gestão.

FRANCISCO PRONER/MÍDIA NINJA



Eixo Leste da transposição no trecho em Monteiro (PB)



Crianças brincam nas águas do Eixo Leste durante inauguração extraoficial em Monteiro

FRANCISCO PRONER/MÍDIA NINJA

Agora entra a discussão da privatização das águas da transposição. Com isso, você acha que essas águas vão para quem? Para acabar com a sede da população do Nordeste é que não”, avalia o engenheiro André Monteiro, do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (CPqAM/Fiocruz Pernambuco).

Segundo o pesquisador, que se dedica a estudar os conflitos por água decorrentes das obras da transposição, o acesso à água no semiárido historicamente se baseou na concentração do recurso natural na mão de poucos e poderosos. A região tem 70% da sua geologia cristalina, ou seja, as rochas que dão origem ao solo estão praticamente na superfície. Quando chove, pouca água se infiltra no subsolo e há um escoamento muito intenso. Desde o Império, a estratégia foi tentar ‘segurar’ a água que escoava pelo solo através do represamento. Os grandes açudes construídos pelo poder público ou eram instalados dentro das terras de fazendeiros ou, depois de prontos, eram apropriadas por eles. A promessa do fim da sede foi, desde sempre, o motor da chamada ‘indústria da seca’ – um dos sustentáculos do coronelismo.

“Hoje a transposição é fato consumado. E a grande questão – tornada invisível de propósito – continua sendo discutir os projetos em disputa. Essa água vai para onde e será usada para qual fim? A vazão disponível será suficiente para tudo?”, questiona Monteiro. Segundo ele, uma pista foi dada pela Federação das Indústrias da Paraíba. Em fevereiro, a entidade promoveu um seminário sobre “gestão estratégica das águas”. O caso de ‘sucesso’ apresentado no evento foi a transposição do rio Colorado, nos Estados Unidos. Feita entre as décadas de 1930 e 1950, a obra serviu como impulso para a expansão da fronteira agrícola na região, que concentra grandes latifúndios monocultores. “A Federação deixou claro que está se articulando para transformar o semiárido num Colorado. É um projeto que tem tudo para conjugar concentração de água, de terra e de poder”, alerta o pesquisador.

Uma parte da conclusão de que a transposição do São Francisco é uma obra feita principalmente para atender a interesses econômicos se deve ao histórico do projeto. Sempre que entrevistado, o engenheiro João Suassuna, pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), retoma o ano de 2004, quando os debates estimulados pelo governo Lula levaram a recomendações técnicas que desagradaram Brasília. “O presidente queria saber como o São Francisco poderia contribuir para solucionar o problema de abastecimento de água no semiárido nordestino. Quarenta expoentes da hidrologia nacional passaram três dias em Recife em um evento que a SBPC [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência] promoveu para discutir a transposição. Dessa reunião saiu uma proposta: o governo deveria investir na construção de uma infraestrutura que integrasse as diversas represas e açudes que existem no interior do Nordeste. Essa proposta considerava o São Francisco como uma

fonte de abastecimento complementar e a transposição como uma decisão que deveria ser tomada somente após a conclusão dessas obras, quando haveria uma nova avaliação do déficit de água na região”, conta.

Isso porque, desde aquela época, já se sabia que o São Francisco tinha limitações hídricas. O máximo de vazão que o projeto pode fornecer são 127m<sup>3</sup>/s, que podem ser retirados quando a represa de Sobradinho estiver com 94% do seu volume preenchido. “Mas a cada dez anos, Sobradinho enche apenas quatro. Investiram até agora R\$ 10 bilhões em um projeto que irá funcionar em sua plenitude 40% do tempo. É muito pouco”, constata Suassuna. A transposição hoje está retirando do rio 26,4 m<sup>3</sup>/s. E a situação se agravou: Sobradinho está com 15% do seu volume preenchido quando no final de abril, mês em que se encerra o período chuvoso, esse volume precisa ser de 60% no mínimo. Segundo o pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, a perspectiva é que Sobradinho atinja seu volume morto no final de novembro.

Esses números estavam no centro do diagnóstico do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF). Os comitês de bacia são organismos colegiados em que representantes do governo, dos usuários e da sociedade civil arbitram conflitos pelo uso da água, dentre outras prerrogativas. Em 2004, o CBHSF impôs uma condição para aprovar a obra: que as águas da transposição fossem destinadas somente para o abastecimento humano e dessedentação animal – usos prioritários de acordo com a Lei de Águas. “Infelizmente essa deliberação foi literalmente tratorada no âmbito do Sistema Nacional dos Recursos Hídricos e aprovada no estilo do rolo compressor pelo governo à época, ameaçando reproduzir novo elefante branco em nossa megalômana cultura de grandes e problemáticas obras”, critica Anivaldo Miranda, atual presidente do Comi-

tê, onde representa a ONG Instituto Ecoengenho. Ele informou que também em relação à decisão de privatizar a gestão dos canais o CBHSF não foi consultado.

“Quando as discussões começaram e o governo federal viu que a água da transposição ia ser usada apenas para abastecimento humano e dessedentação animal, levou o plano para análise em Brasília. Para surpresa de todos, o parecer voltou nos seguintes termos: o governo não aceitava apenas esses usos e aquela discussão não deveria ser feita no âmbito do Comitê de Bacia mas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos onde, não por acaso, o governo tem a maioria dos assentos. E assim passou o projeto da transposição incluindo o uso para o agonegocio”, conta Suassuna. Outro órgão que faz parte dessa história é a Agência Nacional de Águas (ANA). João Suassuna conta que partiu de lá uma proposta em sintonia com o que já tinha sido sugerido pela SBPC. O Atlas Nordeste de Abastecimento Urbano de Água, de 2006, mapeou várias fontes hídricas e propôs que se fizesse sua interligação. “Essa alternativa tinha uma abrangência de 34 milhões de pessoas. Já a proposta da transposição visa o abastecimento de 12 milhões. A proposta da ANA custava, em 2006, R\$ 3,3 bilhões. A transposição naquela época custava o dobro – R\$ 6,6 bilhões –, valor que hoje bate os R\$ 10 bilhões. Quando essas propostas foram apresentadas ao PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] para buscar financiamento venceu a proposta mais cara, a que atinge menos pessoas. A gente lamenta – e lamenta muito – porque, visivelmente, a transposição do São Francisco não foi feita para abastecer populações”, diz o engenheiro.

Especialista em convivência com o semiárido, Suassuna cita outros elementos que corroboram essa conclusão. Já foi construído um canal que liga o Porto de Pecém à represa do Castanhão, que vai receber as águas do São Francisco. “Para quê? Estão construindo uma siderúrgica em Pecém, a Ceará Steel, que sozinha consome tanta água quanto um município de 90 mil habitantes”, cita ele. Já André Monteiro lembra que ao longo dos canais, existem 160 sistemas de abastecimento de água de comunidades urbanas que estão a cinco quilômetros de cada margem. “Se houver uma comunidade a seis quilômetros, ela não vai receber água. E a população difusa, espalhada pelo interior, não tem nem compromisso [do governo] de que vai acessar essa água”, diz.

A região Nordeste enfrenta a maior crise hídrica de sua história. A estiagem, que já dura seis anos, é potencializada pela falta de planejamento e uso predatório do recurso natural. “O que está acontecendo hoje? Quando se constrói uma grande represa no Nordeste, a primeira coisa que se faz é uma irrigação desenfreada no seu entorno. Vazamentos acontecem e ninguém liga. Além disso, a demanda cresce: há 10 anos, a represa do Boqueirão abastecia Campina Grande e oito municípios. Hoje ela abastece 18 municípios além de Campina Grande. Boqueirão está com 2% apenas. Campina Grande está sendo atendida por frotas de caminhão pipa”, lamenta Suassuna. Em meio a tudo isso, a solução apresentada é trazer água do São Francisco. “Mas essa água vem de uma parte do rio que também já está praticamente seca. E quando chegar à represa, ela vai continuar sendo mal gerida”, aponta ele, que defende que o governo faça um levantamento das demandas de água para beber na região que está recebendo as águas da transposição e também ao longo da Bacia do São Francisco para que se saiba exatamente qual volume do rio pode ser liberado em segurança. “Sem isso, podem estar levando um volume muito maior do que a capacidade que o rio tem de fornecê-lo. É possível que já estejam cobrindo um santo e descobrindo outro”.

Falar em água no São Francisco exige um olhar sistêmico que enxergue não apenas o rio, mas o aquífero que existe embaixo dele, as lagoas, os afluentes, a vegetação nas encostas. Desde as nascentes à foz, o rio sofre há décadas um pro-

cesso de degradação agravado desde o final dos anos 1970 pela expansão do agronegócio para o oeste baiano, ponta de lança da fronteira agrícola conhecida como Matopiba, que abarca ainda Maranhão, Piauí e Tocantins. O aquífero Uruçuia é responsável por mais da metade das vazões de base do rio São Francisco que chegam a Sobradinho. “Quando chove, graças à vegetação nativa a água infiltra e forma lençóis freáticos no subsolo e há um fluxo de água desses lençóis para a calha do rio São Francisco, que a gente chama de vazões de base. Esse fluxo acontece constantemente a centímetros por dia. O que está fazendo o pessoal do agronegócio? Estão cavando poços profundos e captando água diretamente do aquífero para abastecer sistemas de alto consumo, caso dos pivôs centrais de irrigação. Um pivô central pode consumir algo em torno de 2,6 mil m<sup>3</sup> por hora. Numa região em que o fluxo d’água está acontecendo a centímetros por dia, retirar 2,6 mil m<sup>3</sup> por hora faz com que essa vazão de base fique reduzida, ela chega ao ponto de interromper”, explica Suassuna.

“O aquífero Uruçuia é o que mantém o São Francisco vivo. Ele existe graças à cobertura vegetal nativa, que é o cerrado. O cerrado brasileiro é essa grande esponja, como se fala, que abastece oito bacias hidrográficas. Mas graças ao agronegócio, o cerrado só tem atualmente 40% de cobertura vegetal, ou seja, já destruímos 60% e é por isso que alguns especialistas falam na ‘extinção inexorável do São Francisco’ [a tese é de um grupo de mais de 100 pesquisadores que fizeram um estudo coordenado pela Universidade Federal do Vale do São Francisco]. Porque sem a cobertura vegetal, não tem alimentação dos aquíferos, aí você tem uma redução da vazão. Além disso, o solo sem vegetação produz o carreamento dos sedimentos para o rio causando o assoreamento”, alerta, por sua vez, André Monteiro.

A redução do volume de água aumenta a poluição das águas do Velho Chico. O projeto da transposição previa fazer tratamento sanitário. Uma Caravana de Saneamento promovida pelos ministérios públicos estaduais da Bahia, Sergipe e Alagoas percorreu 14 cidades da bacia do São Francisco que receberam obras. Os promotores notaram que o saneamento era uma das principais variáveis em termos de degradação e que a maioria dos municípios da região não tinha plano de saneamento básico. “Nenhuma estação de tratamento de esgoto está funcionando e até aterros sanitários que foram construídos tinham se transformado em lixão. Do ponto de vista da revitalização, o impacto foi nulo até o momento”, diz Monteiro, que participou de algumas caravanas.

O foco do pesquisador da Fiocruz, no entanto, é o impacto que as obras tiveram nas vidas das pessoas. “Grandes empreendimentos produzem experiências coletivas muito violentas. Afetam o meio ambiente, as terras, os meios de produção e os modos de vida, produzindo perdas materiais e simbóli-

cas que, em geral, levam a sofrimento e agravos. Alcoolismo, depressão, abuso de drogas, prostituição. Diversos grupos e territórios têm sofrido em decorrência das obras da transposição. São indígenas, quilombolas e pequenos produtores. É importante entender que há conflito mesmo entre as pessoas que estão recebendo as obras. É uma coisa da qual pouco se fala”, sublinha Monteiro. A etapa atual do estudo é acompanhar os conflitos por essas águas. “Já tem invasões de terra. Por exemplo, empresários de Floresta [PE] interessados na produção de celulose estão em conflito com indígenas cujo território fica ao lado de um dos canais”.

Não por acaso, a água tem sido o epicentro de uma escalada de violência no país. O relatório ‘Conflitos no Campo Brasil 2016’, divulgado em abril pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), aponta que entre 2015 e 2016, as disputas por água aumentaram 27%, somando 172 casos. Desde que começou a registrar os dados, em 2007, a CPT calcula um aumento de 97,7% nesses embates, que estão atingindo cada vez mais pessoas. Em 2007, foram 164 mil. Em 2016 esse número saltou para 222 mil, um acréscimo de 35,8%. A CPT conclui que o cenário conflagrado é um desdobramento de duas lógicas de gestão, apropriação e uso da água: a econômica, que enxerga a água como *commodity*, e a dos povos, que têm na água um bem essencial à reprodução das condições dignas de vida.

“A grande diferença do Brasil no mundo é sua biodiversidade e suas águas. Nós temos biomas riquíssimos que são celeiros produtores de água. Estudos mostram como a floresta amazônica produz chuva e como o cerrado produz água. Mas a partir da inserção subordinada do país na economia mundial, nossa prioridade passou a ser produzir *commodities*: carnes, grãos, celulose, minérios. Estamos queimando, vendendo barato os nossos biomas e as nossas águas. É preciso rever urgentemente esse modelo”, defende André Monteiro. “Água, daqui para frente, tem que ser considerada uma questão de segurança nacional. Utilizar pivô central para produzir soja e esquecer que tem gente com sede é o mesmo que decretar o sacrifício do povo em nome do superávit”, conclui João Suassuna.

## Mudanças no marco legal

De uma forma ou de outra, tanto as privatizações do saneamento quanto as apropriações da água pelo poder econômico convergem para um processo pouco conhecido que está em curso no país. Se a venda das companhias estaduais ou a concessão dos canais da transposição são as facetas visíveis da agenda federal, também faz parte dela uma face mais oculta: a flexibilização do marco legal que regula o setor. Sob a liderança da Casa Civil, o governo Temer defende uma série de mudanças normativas que visam garantir uma maior participação da iniciativa privada na prestação de serviços de água e esgoto. A movimentação mira a Lei do

Saneamento (11.445), que completou 10 anos em janeiro de 2017.

Apesar de noticiar em seu site duas reuniões ministeriais feitas em outubro passado para debater ‘propostas para o saneamento’ e de confirmar à Poli a intenção de rever o marco legal, a Casa Civil não disponibiliza detalhes sobre essas alterações. Foi graças ao vazamento de uma apresentação intitulada ‘Diagnóstico Saneamento’, com a data de 14 de setembro, que associações profissionais e movimentos sociais congregados na Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental entraram em contato com o teor e a extensão da revisão.

Em sintonia com o PPI – que, não por acaso, foi lançado também em setembro –, o diagnóstico da Casa Civil fala em um “mercado de saneamento” que deve ser franqueado ao setor privado por meio de concessões, abertura de capitais e parcerias público-privadas para a construção e operação das redes de abastecimento e tratamento de água, esgoto e também resíduos sólidos. Para viabilizar as parcerias, cita a criação de linhas de crédito especiais para investimentos em saneamento no BNDES e na Caixa Econômica Federal.

O documento aponta a intenção de quebrar outras barreiras, como a lei dos consórcios públicos (11.107/05) que, segundo o texto, “favorece a assunção dos contratos por empresas públicas” e “dificulta a entrada de empresas privadas no mercado do saneamento”. E centra fogo em um dos principais resultados da Lei do Saneamento: o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab). Feito pelo governo com a participação da sociedade, o Plansab é considerado na apresentação da Casa Civil um “plano panfleto”, “focado em investimentos públicos” do PAC e “sem participação relevante da iniciativa privada”.

“O Plansab foi uma vitória. Ele estabelece o planejamento em todas as instâncias de governo e sua elaboração deve ser feita com participação da população. O Plansab não se manteve numa lógica tecnicista e apontou que o saneamento exige ações estruturais, que são as obras, mas também ações estruturantes, que são a gestão participativa e a educação que dão sustentabilidade aos sistemas. Sem isso, as intervenções de saneamento são condenadas à má operação e a uma dissociação com o cotidiano da população. E isso ainda está em curso, não pode retroagir, então qualquer alteração na Política sem consulta pública significa desmonte”, critica Alexandre Pessoa.

De fato, a sociedade civil não consta da lista de interlocutores ouvidos pela Casa Civil para propor essas e outras mudanças. O ‘Diagnóstico Saneamento’ fala em reuniões com as seguintes entidades: Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe), Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), Associação Brasileira das Concessionárias Privadas

de Água e Esgoto (Abcon) e Instituto Trata Brasil. Este último tem entre seus apoiadores empresas como Aegea, Braskem, Tigre, Amanco, Coca-Cola.

Em nota enviada à Poli, a Casa Civil confirmou que as modificações que vem discutindo passam pela necessidade de alteração da legislação relacionada ao saneamento básico. O governo não respondeu a perguntas feitas pela reportagem a respeito das críticas feitas às privatizações no saneamento, nem deu detalhes sobre o cronograma de revisão do marco legal. A pasta se limitou a dizer que “a partir da constatação da situação do atendimento à população em saneamento básico no Brasil e dos indicadores nacionais em termos de acesso à água tratada, esgotamento sanitário, coleta de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais (...) ouviu um amplo conjunto de atores do setor” e “elaborou um diagnóstico contemplando os principais entraves identificados para garantir o acesso da população aos serviços” e “buscar a sua universalização assim como a melhoria na qualidade da prestação dos serviços públicos”. Ainda segundo a nota, após a apresentação e validação do diagnóstico, foi constituído um Grupo de Trabalho interministerial que conta com a participação do BNDES e da Caixa.

Também em janeiro, a Lei das Águas (9.433) completou 20 anos. Ao longo do mês de março, quando se comemora o Dia Mundial da Água (22/03), foram pipocando notícias sobre alterações na legislação que deixaram os movimentos sociais em estado de alerta. O presidente da ANA, Vicente Andreu, garante, no entanto, que “não se trata de um processo de revisão” e a proposta é identificar lacunas para aperfeiçoar a Política Nacional de Recursos Hídricos. “Não tem nada a ver com a questão da mudança da lei de saneamento, muito menos com a questão da privatização”, disse ele à Poli, emendando: “Não tem nenhuma discussão de que a água vai ser um bem privado. Nenhuma relação de uma questão com a outra, a não ser a coincidência no calendário”.

O Banco Mundial foi convidado para participar da avaliação da Lei de Águas pela ANA e integra o grupo que inclui

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Pezão acompanha votação do PLC 343 na Câmara

ainda a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente. Segundo Andreu, a participação do Banco se dá no âmbito de um programa da Agência chamado ‘Diálogos’, voltado para a realização de diagnósticos. Ainda de acordo com ele, a discussão acontece até novembro desse ano. Os resultados serão apresentados no 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado em março de 2018 no Brasil, evento que, segundo o presidente da ANA, motivou a revisão. “Nós entendemos que é o momento propício para se fazer essa discussão. O evento pode servir para conseguir apoio no Congresso, já que uma boa parte [das mudanças] pode exigir uma nova legislação a respeito, um aperfeiçoamento da legislação”, diz Andreu.

### Líquido e certo

O Brasil detém as maiores reservas de água doce do planeta. Tanto na superfície, com seus rios e lagos, quanto embaixo da terra. Em 2013, pesquisadores da Universidade Federal do Pará descobriram o Saga, sigla para Sistema Aquífero Grande Amazônia, principal reservatório subterrâneo de água do mundo. O subsolo do país abriga também o segundo maior manancial, o conhecido aquífero Guarani, que volta e meia aparece, em boatos na internet, sob ameaça de privatização do governo federal. A ANA esclareceu à Poli que os aquíferos são bens dos estados, que podem outorgar a captação de água a empresas, como acontece no oeste baiano. “Para que o poder Executivo conceda a exploração de águas subterrâneas à iniciativa privada, seria necessário a aprovação de uma emenda constitucional pelo Congresso”, disse a Agência em nota.

“O uso privado de água subterrânea no Brasil já existe. Agora, privatizar um aquífero, ou seja, você vender aquele volume de água para um terceiro, não é permitido. O que você pode fazer é estimular o uso privado, inclusive, por empresas estrangeiras. Vivemos um momento de expropriação dos recursos naturais e a água é um desses recursos”, cita Otávio Leão, professor de hidrologia da Universidade do Rio de Janeiro (Uerj). Seja para engarrafar água mineral, seja para produzir *commodities*, ele explica que a água é estratégica para a circulação de bens no capitalismo global. “E o Brasil tem muita água. Quando o Brasil está exportando soja, carne, enfim, as *commodities* de modo geral, na verdade é a água que possibilitou aquela produção. Então, por exemplo, a China economiza a água dela porque ela importa grãos do Brasil. A mesma coisa a Europa e vários países do mundo. Ou seja, quando o Brasil exporta a sua safra agrícola, que é recorde, ele está exportando a sua água. A água brasileira produz mercadorias que têm valor e são comercializadas no mercado global”.

A expectativa dos movimentos sociais cresce na medida em que se aproxima a 8ª edição do Fórum Mundial da

Água. Será a primeira vez que o evento acontece na América Latina. “O Fórum é dos abutres que querem se apropriar dos bens comuns”, afirma Oscar Oliveira, liderança da Guerra da Água que aconteceu em Cochabamba na Bolívia no ano 2000. O episódio, conhecido no mundo todo, serve como síntese do curto-circuito gerado pela entrada da lógica econômica na gestão do recurso natural. Isso porque o contrato que concedia à empresa Águas de Tunari – consórcio que tinha entre seus acionistas multinacionais – a operação do sistema de água e esgoto permitiu à empresa um aumento de 100% na tarifa. Além disso, o poder público simplesmente proibiu a população de captar água da chuva, deixando sem alternativas milhares de camponeses.

“Acredito que o processo de privatização no Brasil é similar ao de Cochabamba. O Banco Mundial impôs a privatização da água na Bolívia como condição para conceder um empréstimo de US\$ 160 milhões para que o governo boliviano pagasse dívidas. Essa conduta continua. É uma forma muito dissimulada de impor à população a venda de um patrimônio público para pagar dívidas que o povo não contraiu”, comparou Oliveira, que participou em março de eventos contra a privatização da Cedae, no Rio. Para ele, o fato de o Brasil sediar o Fórum significa um grande desafio, na medida que é cada vez mais necessário visibilizar as lutas contra as transnacionais da água e do saneamento e as políticas privatistas. Ao mesmo tempo em que o evento oficial acontece, os movimentos sociais estão planejando um fórum paralelo para pautar as discussões da sociedade e denunciar as propostas empresariais.

“O Fórum é o atacadão da água doce. O mundo inteiro virá aqui fazer lobby e pressão. E ano que vem teremos eleições acontecendo com todo esse pano de fundo dos obstáculos ao financiamento privado de campanhas. Minha aposta é que eles vão jogar pesado para alinhar candidatos do Legislativo e do Executivo aos interesses deles”, diz Luiz Roberto Moraes, que alerta: “Esses grupos de fora estão chegando e se associando a grupos daqui com uma agenda: ampliar e dominar o mercado. Aí você bota à venda 18 companhias estaduais de água e esgoto. Esses grupos vão ver o que tem de filé mignon em cada uma delas, pegar os municípios rentáveis e deixar os deficitários para trás. E que deles se ocupem o poder público”. O pesquisador caracteriza o cenário como preocupante: “É um desastre porque o público não tem mais aquelas cidades que dão lucro e fazem o equilíbrio financeiro porque elas foram para a mão dos grupos privados. Vai ser um prejuízo líquido e certo para a sociedade brasileira, e quem está no poder não está nem um pouco preocupado com isso”. ○



Se o SUS fosse o que uma parte do Movimento Sanitário defendia antes da Constituição de 1988, um sistema integralmente público, sem participação do setor privado, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) não existiria. “Quando não conseguimos mudar a correlação de forças e fica na Constituição o artigo dizendo que a saúde é livre à iniciativa privada, então vamos ter o setor privado, que continua se organizando. Se tivesse saído na 8ª Conferência Nacional de Saúde e depois na Constituição que todo o setor saúde seria público, a regulação poderia ser apenas uma regulação sanitária. A agência reguladora tem lógica para um sistema de saúde que tem um setor privado atuante”, sintetiza a presidente da Associação dos Servidores e Demais Trabalhadores da Agência Nacional de Saúde Suplementar (Assetans), Marluce Crispim, sobre a origem e função da ANS. A Agência foi criada em 2000, dois anos depois de entrar em vigor a lei 9656, primeira iniciativa de regulação dos planos e seguros privados de assistência à saúde, que até então tinham total liberdade de atuação no mercado. Ficou instituído, então, que é a ANS que deve ditar normas e regras a serem seguidas pelas operadoras para a comercialização dos planos de saúde. Cabe à agência, por exemplo, estabelecer a lista de procedimentos que os planos são obrigados a oferecer, arbitrar reajustes e estipular as condições estruturais para que uma empresa possa comercializar os seguros privados de saúde. “A questão constitucional é clara: saúde é direito, não é negócio, o setor suplementar deve se organizar e ser organizado, daí o órgão regulador, dentro dessas premissas”, completa Marluce.

### Arbitragem questionável

O professor do Departamento de Medicina Preventiva da Universidade de São Paulo (USP) e vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Mário Scheffer, explica que o modelo de agência reguladora também foi adotado em outras áreas como as telecomunicações (Anatel) e a energia elétrica (Aneel). “A lógica das agências reguladoras é, supostamente, fiscalizar serviços de interesse público praticados pela iniciativa privada. Mas a história da ANS é que ela desde o início levou para dentro de si o conflito que existia dos vários interesses no mercado”, aponta.

Ele detalha que a ANS incorporou desde a sua criação pessoas ligadas a empresas de planos de saúde e a órgãos de defesa do consumidor, mas internamente há pouco espaço de participação. “A Câmara de Saúde Complementar, que existe dentro da ANS, é consultiva, não é paritária, tem representantes de operadoras, prestadores, usuários, alguns sindicatos que são demandadores de planos coletivos, gestores do SUS, mas é uma instância totalmente figurativa. As principais deliberações que, de fato, interferem na política de regulação são tomadas pela diretoria colegiada”, diz. E o principal problema, segundo o pesquisador, é que a diretoria vem sendo ocupada exatamente por expoentes do setor regulado. “Há vários exemplos, mas o mais eloquente foi um diretor-presidente que exerceu dois mandatos [Maurício Ceschin] e antes era o superintendente da Qualicorp, que é uma grande corretora de planos coletivos. Ele é alçado à condição de presidente, depois retorna para o mercado, para esse mesmo posto, e hoje está cuidando de outra operadora que compõe o grupo da Qualicorp. É o que chamamos de porta giratória: pessoas que saem do mercado, vão para a agência e voltam para o mercado. Isso é supercomum”, detalha.

O diretor-presidente da ANS é indicado pela Presidência da República e passa por uma sabatina no Senado. Em 2013, outro indicado, Elano Figueiredo, chegou a renunciar ao cargo após uma mobilização de entidades e movimentos sociais que denunciaram o fato de ele ter omitido no currículo enviado à Presidência e ao Senado sua passagem pelo setor dos planos de saúde. Também foi questionada a indicação do atual diretor da agência, José Carlos Abrahão, ex-presidente da Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços (CNS),

entidade que, enquanto era presidida por Abrahão, ingressou na justiça com uma ação contra um processo coordenado pela ANS, o ressarcimento ao SUS dos atendimentos prestados na rede pública para os usuários dos planos de saúde. A ANS se defende das críticas dizendo que não é responsável pelas indicações. “Além disso, na atual composição da diretoria colegiada, há quatro servidores públicos entre os diretores”, respondeu a assessoria de imprensa da agência.

A pouca efetividade da política de ressarcimento ao SUS, aliás, é uma das principais críticas à ANS. A política deveria funcionar da seguinte forma: todas as vezes que um usuário de plano de saúde é atendido na rede pública e o procedimento realizado esteja previsto no contrato do plano, a operadora deve pagar à ANS o valor relativo ao atendimento. A cobrança aos planos começou a ser feita em 2008, mas apenas para os procedimentos de internação hospitalar. Só a partir de 2015 os procedimentos ambulatoriais de média e alta complexidade, como uma quimioterapia, por exemplo, passaram a ser contabilizados. “Nem tudo é cobrado e, do que é cobrado, muito é contestado e, ao final, o SUS recebe muito pouco. Então há um calote imenso ao longo do tempo”, afirma Scheffer.

Marluce Crispim, da Assetans, também destaca a política de ressarcimentos com um dos desafios da Agência, embora identifique melhorias nos últimos anos. Ela reforça, entretanto, que o foco deve ser o monitoramento do acesso da população aos serviços. “O que é mais barato para a operadora? Pagar uma multa, que ela ainda pode contestar na justiça, ou, de fato, cumprir a rede contratada e entregar o produto que ela vendeu? É claro que é mais fácil pagar a multa. Então, se tivermos muito ressarcimento é sinal de que a regulação está falhando e que nós só estamos atuando posteriormente ao problema”, aponta. Marluce dá um exemplo: se cresce o ressarcimento relativo a partos naturais realizados no SUS, algo pode estar errado e a agência precisa atuar. “As pessoas foram ao plano apenas para terem os exames

porque a média complexidade sempre foi um gargalo no SUS ou também porque o parto humanizado é mais comum na rede pública, e a rede suplementar é muito focada na cesariana? Identificando isso, a agência começou a fazer um projeto de parto adequado”, relata.

Em 2016, a Assetans se posicionou de forma contrária às resoluções 388/2015 e 396/2016 da ANS, que normatizam as ações fiscalizatórias da agência, e que, entre outros aspectos, facilitam o pagamento das multas aplicadas às operadoras por não atenderem os serviços contratados pelos usuários.

Por meio da assessoria de imprensa, a ANS também se defendeu das críticas acerca de leniência com os planos de saúde. De acordo com a agência, em 2016 foram cobrados dos planos de saúde R\$ 1,6 bilhão por atendimentos de segurados no SUS. A ANS constatou mais de 1,1 milhão de procedimentos, um crescimento de 133% em relação ao ano anterior. A assessoria encaminhou ainda um relatório produzido em 2016 que mostra como reestruturações do processo de trabalho possibilitaram, por exemplo, a redução do tempo de tramitação dos processos contra as operadoras. Segundo a agência, em 2012, o tempo médio da apuração de uma reclamação até a elaboração de um auto de infração era de 179 dias e, em 2016, o prazo foi reduzido para 75 dias. Em 2012, o prazo total desde a apuração até a decisão de 2ª instância poderia levar mais de seis anos. No ano passado, alcançou-se o prazo médio de 255 dias, cerca de nove meses. O relatório aponta também um aumento no número de autos de infração, que passaram de 3.018 em 2012 para mais de 17 mil em 2016.

## Organizando o mercado

Para a professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), Ialê Falleiros, a proximidade da agência com os interesses privados tem consequências práticas na organização do mercado. Ela detalha que, sob o manto da regulação, a ANS ajudou a estruturar o setor. “A ANS criou várias medidas para que essas empresas tenham uma base financeira forte. Então, a agência foi dando instrumentos também para garantir que fossem se estruturando de uma forma bem competitiva, capitalista e profissional”, analisa. Ela explica que as normas da agência exigem, por exemplo, que as operadoras tenham como garantia ativos como imóveis e aplicações financeiras.

Ialê detalha que, com isso, as empresas menores foram perdendo terreno. Atualmente, entretanto, há uma pressão por menos regulação. “Pode ser que essa ideia recente dos planos acessíveis seja menos para criar um novo mercado e mais para desregular esse mercado, criar novas estratégias para que os próprios planos existentes possam fazer um uso diferenciado dos seus recursos. São jogadas econômicas”, alerta. A polêmica proposta dos planos acessíveis foi lançada pelo ministro da saúde Ricardo Barros e encaminhada à agência. Parte do projeto, no entanto - a regulação de planos com coparticipação e franquia, aqueles nos quais os usuários pagam uma porcentagem para utilizarem determinados procedimentos - já vinha sendo discutida pela ANS há algum tempo. Até o fechamento desta edição, a agência ainda não havia divulgado os resultados do GT criado para discutir o tema.

A pesquisadora do Grupo de Pesquisa e Documentação sobre Empresariamento da Saúde do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Daniela Tranches, chama a atenção ainda para o lobby que o setor dos planos de saúde é capaz de fazer. Ela alerta que esse movimento pressiona a regulação e ameaça o direito à saúde, por exemplo, com a comercialização de planos com cobertura muito limitada como está se desenhando com os planos acessíveis. “São setores da economia que mobilizam muito dinheiro, têm pessoas interessadas em cargos políticos, tem a questão eleitoral, não só de alguém ser nomeado, mas de pessoas serem eleitas patrocinadas por esse

setor, então há um contexto político favorável”, analisa.

## Sistema único dividido

Mais de 30 anos depois da 8ª Conferência Nacional de Saúde, marco da defesa de um sistema único de saúde, a avaliação de pesquisadores e movimentos em defesa do SUS é de que o setor objeto de regulação da ANS não tem dançado conforme a música e a agência tem sido ineficiente em ditar o passo. “A ANS contribui para essa noção equivocada de que existem dois sistemas de saúde que não se relacionam. Com exceção da tentativa ineficaz do ressarcimento ao SUS, a ANS não promove essa compreensão de um sistema único, passa à margem de compreender melhor esse livre trânsito de prestadores de serviços e de equipamentos que servem aos dois subsistemas”, afirma Mario Scheffer. Ele cita como exemplos os hospitais e outros serviços privados que são conveniados com o SUS, e que, portanto, recebem recursos públicos, mas que também atendem aos planos de saúde, o que, segundo o pesquisador, deveria receber atenção da ANS para garantir que não haja transferência indevida de recursos públicos para o setor privado.

Para Marluce Crispim, a Agência precisa ter consciência de que está circunscrita a um sistema universal de saúde. “Qual é o papel que cabe ao setor suplementar e que mantém o nosso direito à saúde? Vamos discutir renúncia fiscal? Vamos discutir retirada de recursos que desfinanciam o SUS? Precisamos enfrentar a discussão sobre o papel do setor privado. Hoje o que se faz é tentar mudar o sistema sem mexer na Constituição, criando um novo modelo de saúde no país que deixa parte da população de fora, como já aconteceu aqui quando só era atendido quem tinha a carteirinha do Inamps [antigo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social]. Isso gerou a discussão que culminou na Constituição. Então, não podemos retroceder”, alerta. ○

# A quem interessa a Reforma da Previdência?

O aumento do tempo de trabalho e a diminuição de renda e benefícios que a reforma da Previdência impõe sobre os trabalhadores tem outro lado da moeda. Se há quem perca com o projeto em discussão no Congresso (PEC 287/2016), há também quem tenha uma grande expectativa de lucro, como não escondem os veículos de comunicação

**Novas regras** Até outubro, sistema captou mais R\$ 42,9 bilhões, uma alta de 21,2% em relação a 2015

## Reforma aumenta captação privada

Paulo Vitorino



Foto: Getty Images / Contrasto

## Reforma abre oportunidade para previdência complementar

### Palavra de gestor

Marcelo Mello



A reforma da Previdência no Congresso Nacional segue em alta e gera debates nas diferentes instâncias do governo. Entre as mudanças previdenciárias relacionadas ao tempo de contribuição e idade mínima de aposentadoria, sobressaem-se os debates para a necessidade de planejar o futuro no longo prazo. Neste contexto, o mercado de

previdência privada também pode ser uma opção. As modalidades privadas de previdência oferecem ganhos significativos ao longo dos anos, como a possibilidade de investir em ações, títulos e outros ativos, o que pode gerar ganhos superiores aos oferecidos por planos de previdência no Brasil, que são limitados a investimentos em títulos e ações. De acordo com o Frazzari, mais de 80 mil pessoas já utilizam os benefícios pagos pelos planos abertos de previdência complementar, incluindo aposentados, ex-celulares, ex-funcionários, ex-empregados, ex-empregadas, ex-empregados e ex-empregadas. Os planos de previdência complementar são regulamentados pela Resolução 4.644 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que estabelece as regras para a criação, administração e funcionamento desses planos. Os planos de previdência complementar são regulamentados pela Resolução 4.644 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que estabelece as regras para a criação, administração e funcionamento desses planos. Os planos de previdência complementar são regulamentados pela Resolução 4.644 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que estabelece as regras para a criação, administração e funcionamento desses planos.

Segundo dados de outubro de 2016 da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenprevi), instituição que representa seguradoras e entidades abertas de previdência no Brasil, quase 13 milhões de pessoas contam com planos previdenciários no país. Deste total, 9,7 milhões possuem planos individuais e 3,3 milhões, empresariais. De acordo com o Frazzari, mais de 80 mil pessoas já utilizam os benefícios pagos pelos planos abertos de previdência complementar, incluindo aposentados, ex-celulares, ex-funcionários, ex-empregados, ex-empregadas, ex-empregados e ex-empregadas. Os planos de previdência complementar são regulamentados pela Resolução 4.644 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que estabelece as regras para a criação, administração e funcionamento desses planos. Os planos de previdência complementar são regulamentados pela Resolução 4.644 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que estabelece as regras para a criação, administração e funcionamento desses planos.

com a perspectiva de queda de taxas de juros e desvalorização na regra de investimento, a expectativa é que haja alguma desconcentração de players habituais em favor de casos independentes na busca por produtos mais competitivos do ponto de vista de taxas e de retornos. Apesar de a sociedade pensar nos seus bancos, investidores e das companhias se prepararem para atender a uma demanda cada vez mais crescente e qualificada. Marcelo Mello, vice-presidente de investimentos, Vida e Previdência da SulAmérica, afirma que a reforma previdenciária, ao trazer a discussão para o lado do trabalhador, abre uma oportunidade para a previdência complementar. Com a nova legislação, haverá maior flexibilidade e diversificação, uma vez que ampliam os ativos nos quais os recursos são investidos. Com a nova legislação, haverá maior flexibilidade e diversificação, uma vez que ampliam os ativos nos quais os recursos são investidos. Com a nova legislação, haverá maior flexibilidade e diversificação, uma vez que ampliam os ativos nos quais os recursos são investidos.

Atualmente, há uma expectativa de que a reforma previdenciária, ao trazer a discussão para o lado do trabalhador, abre uma oportunidade para a previdência complementar. Com a nova legislação, haverá maior flexibilidade e diversificação, uma vez que ampliam os ativos nos quais os recursos são investidos. Com a nova legislação, haverá maior flexibilidade e diversificação, uma vez que ampliam os ativos nos quais os recursos são investidos. Com a nova legislação, haverá maior flexibilidade e diversificação, uma vez que ampliam os ativos nos quais os recursos são investidos.

Atualmente, há uma expectativa de que a reforma previdenciária, ao trazer a discussão para o lado do trabalhador, abre uma oportunidade para a previdência complementar. Com a nova legislação, haverá maior flexibilidade e diversificação, uma vez que ampliam os ativos nos quais os recursos são investidos. Com a nova legislação, haverá maior flexibilidade e diversificação, uma vez que ampliam os ativos nos quais os recursos são investidos. Com a nova legislação, haverá maior flexibilidade e diversificação, uma vez que ampliam os ativos nos quais os recursos são investidos.

para a previdência complementar, a desvalorização dos benefícios de previdência social (PIS) que beneficiam alguns e diferentes fluxos de aposentadoria entre homens e mulheres são medidas para a sustentabilidade da previdência. Apesar de serem em níveis de sustentabilidade, a previdência complementar pode oferecer vantagens adicionais, como a possibilidade de investir em ativos de maior risco, o que pode gerar ganhos superiores aos oferecidos por planos de previdência no Brasil, que são limitados a investimentos em títulos e ações.

Atualmente, há uma expectativa de que a reforma previdenciária, ao trazer a discussão para o lado do trabalhador, abre uma oportunidade para a previdência complementar. Com a nova legislação, haverá maior flexibilidade e diversificação, uma vez que ampliam os ativos nos quais os recursos são investidos. Com a nova legislação, haverá maior flexibilidade e diversificação, uma vez que ampliam os ativos nos quais os recursos são investidos. Com a nova legislação, haverá maior flexibilidade e diversificação, uma vez que ampliam os ativos nos quais os recursos são investidos.

Atualmente, há uma expectativa de que a reforma previdenciária, ao trazer a discussão para o lado do trabalhador, abre uma oportunidade para a previdência complementar. Com a nova legislação, haverá maior flexibilidade e diversificação, uma vez que ampliam os ativos nos quais os recursos são investidos. Com a nova legislação, haverá maior flexibilidade e diversificação, uma vez que ampliam os ativos nos quais os recursos são investidos. Com a nova legislação, haverá maior flexibilidade e diversificação, uma vez que ampliam os ativos nos quais os recursos são investidos.

## Cresce a procura por planos de previdência privada no Brasil



## Procura por previdência privada cresce com discussões sobre reforma



## Veja opções para fazer pé-de-meia e não depender da aposentadoria do governo

Economistas explicam quais as melhores formas de aplicações para ter boa reserva futuro



Com as mudanças propostas da previdência, em tramitação no Congresso Nacional, as regras para conseguir a aposentadoria fazem com que os trabalhadores entrem em uma dinâmica de contribuição. Para as pessoas que estão com o tempo que precisará

## Reforma da Previdência pode aumentar procura por planos privados, avalia Brasilprev



## Seguros de vida e previdência privada devem crescer este ano



## Reforma da Previdência turbinou procura por planos privados, diz Abrapp



